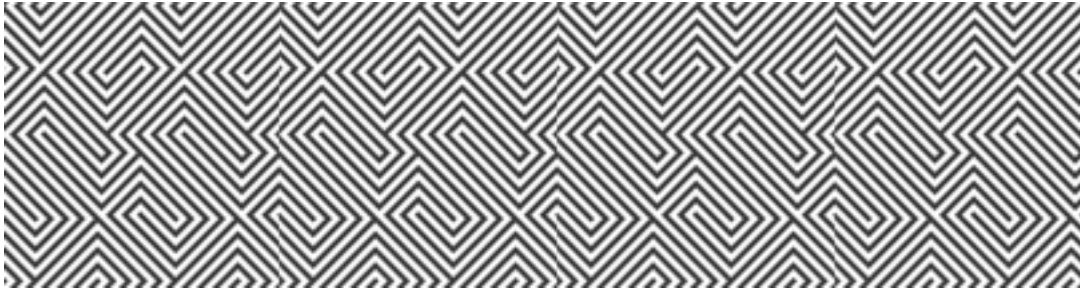


UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***MACRO-FORMA COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: ACESSIBILIDADES***

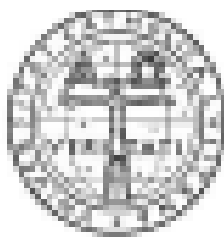


*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura*

Por

Ricardo Nelson Vale Afonso

Novembro de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***MACRO-FORMA COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: ACESSIBILIDADES***

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura*

Orientador: Arquitecto António da Silva Ferreira de Carvalho

Co-orientador: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne

Por

Ricardo Nelson Vale Afonso

Agradecimentos

Certamente existirá um maior número de pessoas a quem agradecer, mas, gostaria de agradecer especialmente a todo o corpo docente do curso de Arquitectura, uma vez que em grande parte, o conhecimento que adquiri é influenciado por todos eles ao longo destes 5 anos; e ao orientador e co-orientador António Carvalho e Gonçalo Byrne pelo acompanhamento do trabalho prático desenvolvido.

Quero também agradecer à minha família , em especial aos meus enormes pais, ao Bino e à Inês, que além de todo o apoio que me deram, aturaram muitos dias difíceis e mal humorados.

Para finalizar, gostaria de agradecer a todos os meus colegas pelo espírito de equipa e cooperação, e aos meus amigos, em especial aos “Pedros”.

Resumo

Em primeiro lugar, procura-se perceber de um modo geral, as relações entre a arquitectura e sociedade. Para isso, torna-se necessário analisar diferentes épocas, uma vez que estas relações são mutantes ao longo do tempo. O desenvolver do tema desenvolvimento urbano permite perceber a cidade como um organismo, e de que forma é que ela é afectada pela sociedade.

Numa outra perspectiva, o tema das acessibilidades permite perceber os problemas de acesso nas cidades, e de que forma é que este pode ser melhorado. Torna-se fundamental perceber as relações da sociedade com os diferentes elementos do espaço público e que tipo de sentimentos lhes estão associados. Os diferentes elementos do espaço público das cidades são analisados de modo a perceber as diferentes realidades que lhe são inerentes. Assim é possível proceder a uma análise do território da área de intervenção com maior rigor.

A partir da análise do território, é possível caracterizar o local através das suas potencialidades e problemas, definindo uma estratégia de intervenção. É desenvolvida uma proposta de intervenção para uma área da cidade de Viseu, que resulta de toda a base teórica e analítica do local, sendo proposto um projecto de arquitectura para a área de intervenção.

Abstract

On first place, I've looked in general way the relationships between architecture and society. For this is necessary to analyzed the different periods because the same relationships are always changing. The development of the theme "urban development" allows to understand of the city us an organism the same way how she is affected by the society.

On the other way the theme "accessibility" allows to understand the problems of the access on cities and the same way how can be in proved. Is fundamental to understand the relationships of the society with the different elements of public space and the feelings that are associated by them.

The different elements of public space of the cities are analyzed of one way to understand the reality that can be inherent. That way is possible to proceed of the analysis of the territory of the area of intervention with much better stringency. From the analysis of the territory it's possible characterize the local with your potential and problems which as define one strategic of intervention.

It developed an intervention in Viseu, which result a theoretical and analytical on the location chosen, being proposal to us on project of architecture on the area of intervention.

Índice

Introdução.....	9
Arquitectura e ociedade.....	11
Envelhecimento da sociedade.....	15
Desenvolvimento urbano.....	17
Identidade.....	19
• A marca como cultura.....	20
A forma.....	23
Elementos do espaço público.....	25
• A rua.....	25
• A praça.....	26
• A habitação.....	28
O jardim.....	31
• Da concepção à funcionalidade.....	31
• Jardins efémeros.....	32
Acessibilidade.....	37
• O automóvel.....	40
• Redução de cargas nos sistemas de acesso.....	40
• Barreiras arquitectónicas.....	41
Metodologia.....	45
Relatório de projecto.....	46
Contexto.....	47
Análise.....	50
• Edifícios.....	51
• Espaço público.....	55
• Dinâmicas espaciais.....	63
• Área de intervenção.....	67

Proposta.....	69
• Conceito.....	71
• Espaço público.....	73
• Edifício.....	85
• Habitação.....	89
Casos de estudo.....	94
Conclusão.....	99
Bibliografia.....	101
Índice de magens.....	103

Introdução

Na presente dissertação pretende-se realizar uma pesquisa em torno das temáticas que mais influenciaram a concepção da proposta, tornando-se fundamentais para uma melhor resolução dos problemas existentes na área de intervenção.

Numa primeira fase, pretende-se perceber as relações que existem entre a arquitectura e a sociedade e de que modos se relacionam. Questões como o envelhecimento da sociedade e o desenvolvimento urbano das cidades tornaram-se indispensáveis numa ideologia de aprofundar a relação entre a arquitectura e a sociedade, e ao mesmo tempo fazer uma transição para temáticas mais específicas no âmbito da arquitectura. Uma vez que a proposta de intervenção tem uma forte componente urbana e de desenho de espaço público, a questão da identidade do espaço permite perceber a relação de arquitectura e sociedade num contexto mais específico e a uma escala menor, onde a relação indivíduo – espaço se torna a questão central. Numa segunda fase, procura-se perceber o papel da forma arquitectónica no espaço construído, e de que modo esta se relaciona com o espaço envolvente e com os utilizadores. A partir do estudo da forma, pretende-se especificar as relações espaço - indivíduo nos diferentes elementos que podem constituir a forma, desde a dimensão espaço público até à dimensão de habitação.

Para concluir a base teórica, e uma vez que ocupa um papel central no trabalho de projecto, o tema das acessibilidades pretende perceber as relações entre o espaço e os indivíduos, numa perspectiva de livre acesso ao espaço público.

Em relação à proposta de intervenção, e tendo em conta a base teórica, pretende enquadrar todas as temáticas estudadas na cidade de Viseu e nos problemas e potencialidades existentes na área de intervenção. Através da realização de uma análise do território, foi possível perceber e caracterizar a zona, para que a proposta seja bem enquadrada nesse contexto e se tornar uma mais valia tanto para a cidade como para a zona em questão.

Arquitectura e sociedade

Quando falamos de arquitectura e sociedade temos em primeiro lugar, que perceber que ambos os conceitos estão muito ligados à própria construção do mundo moderno.

Nunca se pensou tanto acerca do sentido de tudo o que nos rodeia, o sentido de tudo ser e acontecer. Desde sempre na história, a nova geração critica os valores da anterior, a que podemos chamar evolução. Esta evolução é originada por um processo natural de adaptação aos novos modos de vida. Os meios de comunicação em massa e a rapidez de troca de informações colocou os valores sociais conservadores em causa. As relações interpessoais já não são tão duradouras, porém dão-se de forma intensa e são eficientes para o ser humano na medida em que satisfazem as suas necessidades. O modo de vida contemporâneo é efémero, assim como o homem e tudo que dele faz parte. Tanto a cidade como a paisagem urbana muda ao longo do tempo em função da sociedade, tornando-se num processo contínuo, de princípios reguladores efémeros. (Freigat, 2004)

Numa perspectiva histórica, podemos pensar na construção do mundo moderno, como objectos plantados no espaço social, que estão privados de servir a cidade, assumindo o papel de museu, desprovido de vida urbana, servindo apenas para ser fotografados e visitados. Por outro lado, podemos pensar na arquitectura contemporânea como o habitar o espaço urbanizado, construído pela sociedade contemporânea, ou seja, é a maneira como as pessoas vêm o mundo, como o vivem, como o percorrem, a vida quotidiana.

Como foi referido anteriormente, a sociedade e a arquitectura estão em constante mutação o que se traduz, ao longo da história em diferentes relações entre elas. Se recuarmos no tempo e pensarmos no início da sociedade arcaica, a arquitectura não era mais que a concepção desta sociedade, era a criação do espaço social. Esta materialidade era bastante diferente dos nossos dias, aproximando-se esta de tal forma da natureza, pelo facto de serem construídas com materiais naturais, que acaba por passar quase despercebida.

Outro aspecto que não se pode esquecer é o facto de a sociedade não ser algo universal. Existem diferentes sociedades e conseqüentemente, elas vão ter relações diferentes com a arquitectura devido aos seus mundos serem diferentes, tal como cultura, crenças ou modos de vida. A própria evolução da sociedade em questão, e a visão no momento actual, está fortemente ligado as suas raízes históricas. Um exemplo será a diferença entre a sociedade

ocidental e a sociedade oriental. A sociedade oriental desenrola-se por meio da cultura, com uma ideologia igual para todos, podendo ser considerado quase como um dever ético. Podemos considera-la uma sociedade cultural, ao contrário da sociedade ocidental. Esta desenrola-se através de preceitos de adaptação socioeconómicos e políticos, apoiada numa base mais lógica e científica.

Se a arquitectura tem como objecto a sociedade, e materializa a sua identidade, ela vai acompanhar a sua evolução, quando se passa de um período da história para outro e se alteram os pressupostos. Esta libertação da arquitectura em relação aos pressupostos acontece devido a condições culturais e tradicionais ou pela imposição de técnicas inerentes aos materiais e processos construtivos. Na verdade, estes dois factores tornam-se os principais elementos de evolução da arquitectura. Uma dada sociedade acaba por exigir da arquitectura a materialização do seu mundo, em função de diferentes preceitos ou ambições mais ou menos utópicas. Como resposta a esta exigência, os métodos construtivos e materiais alteram-se, evoluem, proporcionando que o desejo da sociedade seja concebido. Ao longo desta evolução temporal, é notória uma autonomia da arquitectura cada vez maior, com diferentes resoluções e perspectivas quando se depara com as dificuldades e exigências sociais. (Freigat, 2004)

Na passagem do séc. XIX para o séc. XX dá-se a ruptura pelo facto de o conceito de urbanização e de sociedade urbanizada se afastar dos pressupostos tradicionais a que a criação de cidade estava ligada, como o mundo circundante ser um espaço não urbanizado. A urbanização ganhou uma escala, torna-se num aglomerado urbano em redor das antigas cidades, agora assumindo o papel de centro, testemunho máximo da história da própria cidade. Na antiguidade cada cidade era autónoma, com os seus próprios campos de cultivo. O mesmo não acontece na cidade moderna. Com a influência capitalista, as cidades criam um sistema ligado, a caminho da globalização, onde a troca de fluxos e matérias ocupa um papel importante na vida social.

A rede de transportes, tanto público como privados assume igualmente um papel fulcral na organização espacial da cidade moderna. Os novos meios de transporte e de armazenamento, tanto de pessoas como de bens, aliados às evoluções das telecomunicações, tornam a relação de proximidade desnecessária para algumas trocas e práticas sociais, sendo possível uma maior rapidez tanto na comunicação como na deslocação. Esta deslocalização afecta particularmente o espaço, deixando de ser o lugar obrigatório para as práticas sociais ou de trabalho.

Freigat (2004) afirma que a própria unidade de sociedade e a sua identidade acabam, por não ser mais que os produtos ou as resultantes de procedimentos técnicos de adaptação e que quando nem o estado, mercado ou cultura ou ideologia representam já o centro, resta a própria sociedade exhibir-se nas suas modalidades operárias, tornando-se uma sociedade operacional e performativa, privada, pela perda de identidade. Segundo a ideia de Freigat, a sociedade deixa de produzir arquitectura, sendo o principal motor da evolução arquitectónica o mercado. A arquitectura torna-se assim, ao invés do reflexo da sociedade, apenas a realidade.

Por outro lado, faz sentido perguntarmos a nós mesmos se esta perda de identidade colectiva não é o resultado de uma maior individualidade e complexidade no funcionamento da própria sociedade. Rem faz a pergunta: “Será a cidade contemporânea como o aeroporto contemporâneo (igual a todos os outros)?” (Koolhaas, 2010.p 31). Para isto acontecer, segundo a ideia de Koolhaas (2010) apenas seria possível à custa do despojamento da identidade, que normalmente resulta numa perda. Por outro lado, a identidade deriva do valor histórico, torna-se difícil atribuir este sentimento por algo feito por nós. Ainda nesta perspectiva, Koolhaas (2010) afirma que a identidade é uma forma perdedora de ver o passado, e que este, tem um período médio de vida. Quanto mais poderoso for o sentimento de identidade, mais resistência existe à expansão. Nesta ideologia, a identidade é responsável pela centralização das cidades. À medida em que as cidades vão crescendo, o centro também vai crescendo, absorvendo o espaço necessário às suas funções, se consumir a ela própria. Inevitavelmente, tanto a força que o núcleo tem na vida da cidade como a distancia entre este mesmo centro e a periferia aumenta, até ao ponto de ruptura. Esta ruptura não deve ser interpretada como negativa, pelo contrario, é sinonimo de evolução, evolução essa de mais centros urbanos.

Por outro lado, Asher (2012) afirma que nos encontramos numa modernidade reflexiva, onde a racionalização é muito profunda; onde cada individuo e cada colectividade é confrontado com situações cada vez mais diferenciadas e variáveis. Cada acção por partes destes necessita de uma reflexão específica que permita elaborar uma resposta apropriada e não escolher uma de uma panóplia já existente. Os novos diversos avanços científicos em conjunto com esta nova racionalidade, tornaram-se uma mais valia na resolução destes problemas.

Esta multiplicidade de escolhas vai originar tipos de vida e de consumo cada vez mais individualizados e diferenciados, sendo a noção de grupos sociais cada vez menos perceptível e o conseqüente aumento das características destes. Esta diferenciação social abrange tanto as

estruturas familiares contemporâneas como a própria qualificação profissional nas diferentes áreas.

Por outro lado, ao mesmo tempo que a individualidade e a complexidade, tanto dos modos de vida da sociedade, como dos próprios mecanismos de evolução da mesma, a sociedade tente a caminhar para um estado globalizado, muito influenciada pela economia, onde, já não são apenas as mercadorias, matérias primas ou pessoas que se movimentam, os próprios processos de produção e de mobilidade são pensados a uma escala internacional. As lógicas de franchising por parte de empresas multinacionais são um bom exemplo disto mesmo.

Por outro lado, esta homogeneização internacional não se traduz necessariamente numa sociedade mundial homogeneizada, tanto a nível cultural como nos próprios modos de vida. Asher refere que contribuem para a diferenciação cultural porque, num mesmo movimento em que ela parece homogeneizar as práticas e os estatuto, a globalização alarga também a paleta na qual os indivíduos, os grupos e as organizações mergulham para fazer as suas escolhas e desenvolver as suas especificidades.

Esta mobilidade física, tanto de indivíduos como de produtos e informação influencia a diferenciação social, funciona ao mesmo tempo como um instrumento e uma resultante de todo este processo. Uma vez que torna possível as trocas a uma escala internacional ela alarga as bases onde se apoiam as diferenças e as próprias relações de afinidade. Os indivíduos passam assim a organizar-se em grupos de menores dimensões, podendo existir relações sociais com outros indivíduos, momentâneas ou não, com outros indivíduos “desconhecidos”.

Assim, os indivíduos que antes pertenciam a um dado grupo social, onde mantinham as suas relações sociais e de afinidade, agora tem a possibilidade de escolher esse ou esses mesmos grupos, podendo pertencer a ele o tempo que quiserem, sem necessariamente conhecer os restantes ou haver relações de afinidade entre estes indivíduos e até permanecerem no mesmo local.

Abordando esta questão do ponto de vista estrutural, a sociedade estrutura-se como um conjunto de redes, interligadas entre si, possibilitando os aspectos da mobilidade referidos anteriormente. Por outro lado, os indivíduos e organizações tornam-se interdependentes uns dos outros, pertencentes a cada uma destas redes interligadas. Esta necessidade de ligação entre indivíduos resulta na criação de diferentes modos de interacção entre eles.

Envelhecimento da sociedade

Inicialmente, nos anos 1980, o envelhecimento demográfico não era um tema com grande importância para a sociedade. Hoje, ele é acusado de ser a origem de muitos dos males sociais, políticos, financeiros e até culturais que estão a afectar as sociedades. Os agentes políticos tentam incitar a população adoptando medidas de incentivo à natalidade mas a sua eficácia tem sido reduzida. Talvez o envelhecimento demográfico seja o reflexo da sociedade actual, resultante de modos de vida diferentes ou até problemas económicos diferentes dos passados, menor taxa de mortalidade devido ao aumento da esperança média de vida ou avanços na medicina.

Quando falamos em envelhecimento podemos estar a referir-nos a dois conceitos diferentes: o envelhecimento individual e o colectivo. O envelhecimento individual pode resultar do factor de ordem cronológico, sendo este um processo universal, e inevitável, ou de factores biopsicológicos. Estes são resultantes do envelhecimento cronológico, não tendo uma idade fixa, dependendo das vivências, hábitos, vícios e estilo de vida. O envelhecimento torna-se assim singular, dependendo de individuo para individuo(Rosa,2012)

O envelhecimento colectivo também tem dois contextos diferentes: envelhecimento demográfico e social. A sociedade construiu três grandes grupos etários (idade jovem, activa e idosa) que ocupam papéis diferentes. É a partir destas categorias que se desenvolve a conceptualização do envelhecimento demográfico. Embora existam vários indicadores estatísticos e formas de perceber o envelhecimento demográfico, a ideia é sempre a mesma, ou seja, a população envelhece quando os idosos representam mais em termos estatísticos que os restantes grupos. Embora a população possa envelhecer, isto não se traduz directamente num envelhecimento da sociedade. Isto demonstra que a sociedade está a reagir às alterações, encontrando uma forma adequada de as enfrentar. Quando a sociedade se sente ameaçada com a evolução etária torna-se uma sociedade deprimida. O envelhecimento social acarreta problemas como a fragilização da economia, desaceleração do ritmo de inovação e mais despesas com cuidados de saúde. (Rosa,2012)

Um dos bloqueios da sociedade contemporânea envelhecida resulta do significado atribuído à idade. Dependendo da sua idade, independentemente da sua capacidade, a sociedade estipula que cada individuo tem papéis diferentes, sendo que os mais velhos ocupam um papel

secundário. Assim torna-se mais importante encontrar formas que permitam evitar rupturas sociais em vez de mobilizar esforços para anular o envelhecimento demográfico. Os processos sociais e económicos, como a escolarização, maior capacidade técnica, a urbanização, a perda do valor económico da criança contribuem para o envelhecimento. O inverter deste processo, regressando a uma população com elevados níveis de fecundidade, implicaria um retrocesso social.

O facto de cada vez mais estrangeiros habitarem fora do seu país contribui para a vitalidade do próprio país embora a imigração seja vista como uma ameaça pela sociedade em geral. Por outro lado, esta vitalidade é anulada pelo facto de a população autóctone também sair do país, muitas vezes devido a problemas económicos.

Uma das razões que transforma a questão do envelhecimento num problema para a sociedade passa pela diminuição do período de vida activo de um individuo. Começamos a trabalhar mais tarde devido á maior escolaridade, traduzindo-se num menor período produtivo até a idade da reforma. É possível admitir, que ao envelhecer, o individuo produz menos do que quando era mais novo devido a problemas psicológicos ou físicos referidos anteriormente.

Por outro lado, estes são cada vez mais activos, dinâmicos e adaptados a realidade da sociedade. Uma alternativa pode passar por adequar os diferentes grupos etários aos postos de trabalho. Embora os idosos necessitem de estar actualizados, certos postos de trabalhos podem ser realizados por eles, sendo diferentes de individuo para individuo devido as suas capacidades. A qualificação dos idosos é um factor que tende a aumentar ao longo das gerações, podendo a produtividade e o envelhecimento ter uma relação menos radical. É necessário assim, uma profunda mudança na organização da sociedade.

Desenvolvimento urbano

A modernidade pós moderna e a sua revolução urbana resultaram em novas atitudes em relação ao futuro, novos projectos e modos diferentes de pensar e agir. Com ela, apareceram inovações de grande importância para a vida urbana, tanto por meio das evoluções tecnológicas, como por meio sociais. Esta nova realidade é reflectida também na concepção do espaço e o desenho de cidade. Com todas as transformações sociais, a cidade tem agora mais que nunca, problemas cada vez mais individuais para resolver.

Asher (2012) refere que a metropolização pode definir-se como a procura da concentração de riquezas humanas e materiais nas aglomerações urbanas mais importantes. Este processo resulta da globalização e do próprio mercado de trabalho, levando a uma competição entre as diferentes aglomerações de modo a fixar empresas e pessoas. Factores como a mobilidade, diversidade e oferta são assim essenciais para o sucesso final. Inevitavelmente, agarrado ao sucesso destas políticas de urbanização, o crescimento interno destes aglomerados e a própria absorção das periferias faz com que o local muda de natureza e de sentido: este é cada vez mais escolhido e abrange apenas realidades sociais fragmentárias. As cidades em redor destes centros urbanos, por sua vez, esforçam-se para se ligar aos centros, tornando-se quase sanguessugas destes centros. Agarradas a estas, as cidades de menor dimensão procuram todo o potencial que conseguem obter da cidade. Muitas vezes, estas cidades são muito diferentes tipologicamente, sendo em alguns casos criadas com ideais que visam tipologias habitacionais, de modo a servir da melhor maneira os centros. A relação entre as metrópoles e as cidades em redor torna-se assim equilibrada, no sentido em que se completam. Estas cidades não têm história, o que por sua vez influencia a sua evolução. Estas cidades genéricas, como lhes chama Koolhaas, torna-se independentes do centro, sendo elas um reflexo da capacidade e das necessidades da sociedade. A grande vantagem destas cidades é o facto de abandonarem aquilo que não funciona. Ela cresce, camada por cama, sobre o seu extracto arqueológico. Assim, a ideologia deste planeamento de cidade passa por preparar a cidade no lugar da futura ex cidade. A identidade passa a ser atribuída então ao espaço verde, aquele que subsiste a constante ideologia de mutação.

Existem três elementos nestas cidades: as estradas, os edifícios e a natureza, podendo qualquer um deles dominar o espaço. Segundo Koolhaas (2010), a cidade genérica apresenta a

morte definitiva do planeamento social, uma vez que grande parte dos investimentos são privados. Aqui começa o problema da arquitectura nas cidades. Freigat (2004) refere que “A sociedade deixa de produzir arquitectura, sendo o principal motor da evolução arquitectónica o mercado. A arquitectura torna-se assim, ao invés do reflexo da sociedade, apenas na realidade”.

Segundo Asher (2012), podemos destacar quatro tipos de cidade e correspondentemente diferentes modos de vida: os que habitam na cidade, os que nas periferias urbanas, os que vivem no campo e os que habitam em bairros sociais da periferias. Estes diferentes grupos tem diferentes modos de vida e diferentes sentimentos de pertença e visões sobre a cidade.

Os que habitam a cidade, fazem uso dela e são os principais activistas do mercado imobiliário, representando cerca de 40 % da população enquanto os que moram na periferia apenas acedem a mesma para trabalhar ou abastecer, sendo a sua intervenção na vida urbana da cidade menor. São maioritariamente constituídos por famílias com filhos e representam igualmente 40% da população. Os restantes 20% da população é constituída por os que vivem no campo, afastando-se da vida urbana da cidade. Caracterizam-se por se deslocarem bastante, uma vez que se encontram afastados destes centros urbanos em busca de uma melhor qualidade de vida, e necessitam igualmente de se abastecer na cidade. O grupo restante, é normalmente constituído por indivíduos com problemas económicos colocados a residir em grandes aglomerados de habitação social, o que se traduz posteriormente em problemas não só económicos, como sócio-culturais, segurança e segregação social. Tem bastante dificuldade em aceder ao mercado de trabalho e frequentam pouco a cidade.

Esta diversidade de modos de vida e de tipologias espaciais devem ser considerados quando construimos cidade. Asher afirma que “é preciso acabar com uma representação nostálgica da cidade europeia que considera que todo o urbano deve ser denso e contínuo”, apesar de poderem ser consideradas interessantes e ecológicas. A cidade do séc. XXI torna-se assim num compromisso e numa diversidade de soluções, necessitando o urbanismo de ser assimétrico, voluntário, uma vez que as dinâmicas da sociedade estão em constante mutação.

Identidade

“O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-à dizer em todas as épocas e todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade.” (Indoniva,2002, p119)

Como definição de espaço público, podemos considerar que é o espaço fundador da forma urbana, em que assume o papel de palco da vida urbana e da socialização. O espaço público deve ser visto como um bem comum e de livre acesso, independentemente das condições físicas, psicológicas, económicas ou culturais. Este pode ser avaliado em diferentes dimensões, sendo elas de carácter tipológico, morfológico ou simbólico, tornando-se assim a avaliação do espaço relativa para diferentes indivíduos ou culturas. Assim, a avaliação do espaço publico torna-se complexa e diversa, não sendo o seu valor universal mas sim relativo, estando inerente ao seu valor a sua identidade.

Quando classificado tipologicamente, o espaço público já tem noções de valor relativas ao seu papel na vida urbana da cidade, ou seja, o seu valor está directamente ligado ao seu uso. Se classificado substantivamente, o espaço público é classificado numa perspectiva dos utentes, ou seja, os valores inerentes, independentemente da sua tipologia, são em função da adequação ao uso que essa proporciona (condições de acessibilidade, vitalidade, sentido, eficiência...). Por outro lado, o espaço publico pode ter um papel estratégico na vida urbana da cidade , sendo projectado com um intuito de promoção de uma identidade urbana especifica. Esta identidade urbana assume-se como valor do espaço, embora reactivo, podendo diferir entre os diferentes agentes sociais. Para estas estratégias resultarem positivamente, não podem ser descartados valores imateriais referentes aos espaços em questão uma vez que, para alem das qualidades espaciais, definem a identidade do lugar. O desenho urbano está assim carente de compreender o valores\factores inerentes aos espaços em questão, sendo estes os principais motores da identidade espacial.

“A percepção é muito relevante na avaliação do espaço urbano. A diversidade de interpretações sobre a sua qualidade advém, principalmente, de quando estamos perante tipos de espaço menos correspondentes a um cânone, ou de quando temos distintas percepções do que é a realidade espacial urbana .” (Brandão,2011,p 37)

O espaço pode ser entendido de formas distintas, podendo ele resultar de um produto do passado, onde os usos se apropriam do espaço existente ; ou como um espaço onde se desenvolvem actividades e o seu desenho\forma resulta das mudanças deste mesmo uso. No primeiro caso, podemos pensar nos centros históricos, onde o uso vai de encontro ao ambiente construído, havendo necessidade de adaptação aos elementos existentes; no segundo caso, o processo é inverso, o próprio uso é o gerador da estrutura espacial, o espaço é construído em função do usos, com um propósito específico.

No primeiro caso, geralmente estão associados valores de identidade elevados, onde a memória colectiva é o principal responsável pelo valor do espaço, não havendo necessidade de “plantar” uma nova identidade; apesar desse valor espacial estar dependente da continuidade do uso ao longo do tempo. Existe assim uma continua adaptação entre espaço e sociedade para a subsistência da identidade do lugar, tornando-se num processo de construção “natural”.

A noção de espaço publico sofreu assim alterações ao longo do tempo, dando origem a contrastes entre os espaços tradicionais e modernos. Actualmente, pretende-se a criação de espaços singulares e com significado próprio, que visem servir os utilizadores em diversas escalas, desde o habitante, ao urbano ou, em alguns casos, numa escala internacional.

Numa era globalizada, não é possível ignorar e deixar de relacionar questões de identidade espacial e o turismo e lazer. A identidade dos lugares atinge uma escala e um consumo cada vez maior, tornando-se os aspectos culturais uma marca globalizada.

- **A marca como cultura**

Numa era onde a imagem é a principal arma do marketing e consumismo, também as cidades estão sujeitas a estes processos de venda, assumindo a identidade o papel de produto a ser vendido. É a imagem do espaço que mobiliza o consumo espacial global, criando-se cidades temáticas. Numa perspectiva estratégica, para gerar novas oportunidades e importância, as cidades são rotuladas com um tema, seja turismo, lazer, património, em busca de uma maior atractividade. Inerente a este processo está uma acesa competição mundial, em diversas

escalas, onde a identidade é vendida e posteriormente, como consequência é modificada por agentes exteriores.

A mobilidade crescente de homens, bens e capitais dá valor a um factor que influencia esta própria mobilidade e escolha pela cidade ideal, a atractividade. Como o próprio nome indica, a atractividade é um factor chave para se produzir evolução. A chegada ao meio urbano de novos indivíduos, turistas ou mão de obra, em conjunto com empresas interessadas em se fixar, geram, como referido anteriormente, economia, produção, desenvolvimento. Assim as cidades tornam-se objectos de mercado. O marketing assume o papel e a responsabilidade da promoção desta atractividade, sendo necessário cada vez mais criatividade para que as cidades se destaquem umas das outras e em objectivo final, se tornem as mais atractivas e desejadas. Estas lógicas, ao contrario do que possamos imaginar, não acontecem só nas grandes metrópoles. Cidades como Viseu, com uma escala ínfima quando comparadas, são também objecto de promoção. No geral, a atractividade das cidades torna-se uma arma global quando falamos em conceitos como o desenvolvimento urbano e o marketing. A classe criativa tornam-se uma dependência da cidade, auto promovendo-se para que esta se fixe nesta, criando postos de trabalho. A resposta desta classe, quando atraída por variedades de mercado, postos de trabalho e imagem revela-se positiva, contribuindo assim para uma dinâmica de desenvolvimento. De algum modo, esta questão pode levar a problemas de segregação da cidade, dependente das habilitações de cada individuo aumentando assim questões de assimetria social nas cidades. Muitas vezes é feito um esforço enorme para fixar estes grupos, muitas vezes favorecidos e minoritários e, os indivíduos que estão isolados num bairro social ou aqueles que não tem qualificações que a cidade necessita, são esquecidos, vendo-se assim esquecidos, postos a margem da sociedade.

Segundo Asher, a atractividade não passa apenas pela capacidade de sedução da classe criativa. Existem ainda actividades atraídas pelos recursos locais fixos, que não podem ser deslocalizados. Exemplo disso é o efeito regional muitas vezes associada a ideia de qualidade, onde os locais ficam conhecidos por um evento gastronómico, uma feira, um a paisagem, etc. Estas particularidades, como são fixas, muitas vezes são alvo de promoção e mostram-se vantajosas, uma vez que, pelo facto da sua singularidade, publicitam e aumentam a atractividade destes locais ou cidades.

A identidade da cidade, que antes era produzida pelos habitantes\utilizadores da cidade, sobre padrões culturais e sociais autóctones, passa agora a ter influencia dos visitantes. Numa

lógica económica e política e de marketing, as cidades passam a ser construídas em função das fantasias dos agentes exteriores, resultando este processo numa perda gradual de identidade. A cidade da globalização, torna-se assim na cidade espectáculo (Boyer,1994).

“Quando o espaço deixa de ser real e se transforma em produto, isso corresponde à redução da sua própria identidade, que passa a ser equivalente a outras, mera imagem, narrativa ou ilusão, como num embuste” (Brandão, 2011. p74)

Torna-se necessário arranjar estratégias que procurem oferecer atractividade , procurando oferecer vantagens, atrair investimentos, empresas, sustentabilidade sem que os cidadãos sejam meras “peças de xadrez” num jogo de interesses globais. Segundo Brandão, a estratégia deve visar elementos de fundação e não de atracção, onde o espaço público é sempre um factor decisivo.

A forma

Segundo Baker (1996), a forma arquitectónica pode ser genérica ou específica. A forma genérica apresenta-se no seu estado original enquanto a específica é moldada em função de uma finalidade. Pode-se interpretar as formas específicas a partir das genéricas, uma vez que, elas antes de se tornarem específicas, nascem a partir de uma forma genérica. Embora este princípio se manifeste numa lógica conceptual, a forma específica deve admitir as necessidades das condições genéricas.

Assim, através de esta análise formal, é possível estudar a ligação entre o lugar e o edifício, adaptando-se o edifício as "forças do lugar" (Baker, 1996)

Por outro lado, a forma tem uma dinâmica específica. Sausmarez (1964) afirma que a unidade mais simples é o ponto, e que associado a ele existe uma energia potencial de expansão que activa a zona circundante. Seguindo esta lógica, uma linha não é mais que uma continuidade de pontos, sendo a sua energia muito maior e acrescentando uma velocidade e uma direcção. Baker(1996) afirma que a linha pode expressar emoções, sendo uma linha recta associada a força e estabilidade e uma linha em zig zag associada a uma excitação. Podemos olhar para estas linhas numa outra perspectiva; como linhas verticais e horizontais, onde a horizontalidade expressa uma ideia de levitação e a vertical uma força de impulso gravitacional.

Através das linhas, são criados sistemas formais de diferentes tipos estando eles associados a diferentes lógicas de construção e programa. Baker (1996) afirma que nos sistemas lineares o movimento converte-se numa componente fundamental da forma. Este movimento pode ser expressado tanto através de ritmos como de torções em certos pontos, que modelam o sistema linear segundo diferentes direcções.

Elementos do espaço público

- **A rua**

Ao longo da história o significado e o propósito da rua foi-se transformando. Tal como a cidade, a rua muda e relaciona-se com a evolução das novas infraestruturas, articulando-se e conectando-se com a restante malha urbana através através de nós de ligação.

As ruas são um dos elementos principais que permitem a conexão espacial e, que, por sua vez, albergam grande quantidade da vida urbana das cidades. Jane Jacobs afirma que “A rua por si só não é nada. É uma abstracção.” A rua, além de albergar peões e veículos, comporta usos em conjunto com os edifícios existentes na mesma. Neste sentido, Jacobs vem contrariar a visão de Corbusier (2009), que defendia na sua época que “as ruas corredor, com duas calçadas, sufocadas entre casas altas devem desaparecer”, uma vez que provoca a construção de pátios fechados e exige grande desgaste dos edifícios da mesma; a cidade tinha o direito de ser outra coisa para além de corredores e palácios. Para Corbusier, a rua moderna devia ser pensada como uma obra-prima da engenharia civil, um novo organismo, arejado, contra qualquer segurança e com as infra-estruturas à vista. Jorge Solis, no seu dicionário urbano define a rua como “uma peça urbana de carácter público vinculada à origem da cidade, graças à qual esta se estrutura”.

A rua pode então ser definida por vários domínios, como a imagem, o seu uso e ocupação, os seus limites e como se organiza com a restante malha urbana. Jacobs (2009) afirma que além de um espaço social, a rua deve ter como função assegurar a segurança dos seus utilizadores. Para isso, ela deve ter “olhos”. Estes olhos, são constituídos por todos aqueles os que utilizam o espaço das ruas, sejam eles comerciantes, moradores ou meros desconhecidos. A questão base para que a rua seja segura é que ela seja vivida por diferentes pessoas, de diferentes maneiras, em diferentes horários.

“a potencial derrota da rua nas nossas cidades terá sido incluída pelo automóvel, pela privatização do espaço público pela insegurança urbana ” (Brandão , 2011, p41)

Por outro lado, a necessidade de uma maior mobilidade e consequente aumento do tráfego automóvel, gerado pelo aumento das distâncias percorridas pelos cidadão, deram origem a

novos tipos de rua. A rua como espaço público transforma-se, sendo criadas ruas que facilitem a velocidade e o aumento dos fluxos de movimentação. Quando a dedicação do espaço público à função da mobilidade o priva de interações, surgem problemas como a fragmentação urbana, a insegurança, degradação e consumo do solo. Como consequência gera-se um desinteresse social por este tipo de espaço, sendo os seus valores identitários reduzidos à mobilidade. O espaço público torna-se assim desequilibrado e sem valor identitário.

Assim, numa estratégia de construir uma cidade com mais qualidade, a rua deve ser vista como um serviço, que tem como objectivo servir da melhor forma os seus utilizadores de uma forma equilibrada, potenciando as suas qualidades identitárias que são as principais geradoras de vida urbana.

- **A praça**

“ A square or plaza is both an area framed by buildings and an area designed to exhibit its buildings to the greatest advantage.” (Moughtin, 2003.p 87)

Um dos elementos mais importantes da cidade é a praça. Ela ocupa um papel central na medida em que é a maneira mais importante de desenhar um espaço público com qualidade e funcionalidade. (Moughtin,2003)

As praças podem ser caracterizadas pela sua forma e pela sua função. Apesar de elas serem desenhadas para um fim, isso não impede que em muitos casos a apropriação destes espaços não seja feita como o esperado, transformando-se estas em locais sem interesse público, usados como parques de estacionamento ou desprovidos de vida urbana. Assim, torna-se necessário perceber o funcionamento e as exigências a que este está sujeito por parte da comunidade. A vitalidade destes espaços torna-se assim um factor preponderante para o seu sucesso na vida da cidade e para a sua imagem atractiva, que resulta numa maior procura e vontade de os habitar. (Moughtin 2003)

Moughtin (2003) afirma ainda que o facto de as praças em Itália funcionarem tão bem, deve-se em parte ao clima, e o desenho urbano criado para estes centros públicos tem grande parte

a ver com isto. Em Inglaterra, ou em países com um clima mais chuvoso, o uso das arcadas torna-se uma característica principal do espaço público, estando estas mais uma vez ligadas aos factores funcionais. Por outro lado, o valor simbólico destes elementos na cidade também constitui um factor importante no bom funcionamento destes espaços.

Forma da praça

Segundo Maughtin (2003), Paul Zucker e Camillo Sitte são os teóricos mais influentes quanto à forma das praças. Zucker define cinco tipos de praças no que diz respeito à sua forma:

- Fechadas – O espaço público da praça é definido pela malha urbana da cidade;
- Dominantes – O espaço é desenhado em função de um edifício dominante, como por exemplo uma igreja;
- Nuclear – O espaço é criado em redor de um centro;
- Agrupadas – o espaço resulta de combinações de formas de grande dimensão, onde o espaço não é definido por um elemento;

Nas praças fechadas, uma das principais qualidades é o ambiente criado pela sensação de enclausuramento e noção de centro. Existe ainda associada uma sensação de afastamento do mundo caótico na sua envolvente. O tratamento dos cantos no desenho deste tipo de praças é um elemento importante, uma vez que, quando estes estão abertos, existe uma menor sensação de clausura. (Maughtin, 2003) A definição geométrica por parte dos elementos construídos em redor da praça, torna-se assim num elemento importante para a atmosfera criada. Associado a forma, está a imagem do conjunto no que diz respeito a sua linguagem, contribuindo soluções uniformes para acentuar esta sensação do utilizador.

No caso das praças agrupadas, existem vários métodos de ligação entre as praças. A praça pode ser formada através da sobreposição ou interpenetração dos espaços, onde o resultado assume uma fusão entre os elementos antigos e os construídos posteriormente, ou simplesmente existir uma ligação directa, através de uma rua ou outro elemento, ou simplesmente, podem relacionar-se através de um ponto de referência externo, como por exemplo uma torre. (Maughtin 2003)

- **A habitação**

" Habitar é uma experiência quotidiana para inúmeros seres desde o seu primeiro dia de vida (...) Se a alma da casa marca a identidade daquilo a que chamamos «o lar» onde se desenrola o quotidiano íntimo dos indivíduos e das famílias, o lugar de residência constitui também um dos pólos entorno do qual se organizam as sociabilidades." (Marques, 2012 pp 19)

Estes seres terão modos de vida diferentes e isso afectará o seu modo de habitar, assim como o espaço onde habitam. Marques afirma ainda que "a habitação é o símbolo mais proeminente do esforço realizado pelo Homem para «domesticar» o espaço." (2012, pp19) Numa outra perspectiva, o tema da habitação têm uma natureza física e social está numa constante evolução, sendo os temas que a ele lhe são associados renovados. Temas como a produção de habitação como bem de consumo e o direito à habitação tornam-se assim centrais quando falamos de habitação.

A escolha do lugar

Segundo Lestel (2001) a escolha do local para a construção da habitação na sua origem está condicionada a três factores: conforto, segurança e comunicação. Além destes factores "primários", a escolha do lugar para habitar surge numa necessidade de delimitar um domínio. A partir do momento em que existe esta necessidade, podemos pensar que, por um lado a habitação constitui um fato arquitectónico e por outro, que esse fato cria uma divisão espacial, dividindo o lugar do espaço.(Marques, 2012) Este fato arquitectónico, na sua dimensão privada, de lugar, constitui uma forte relação identitária que varia de entre os seus utilizadores. Num sentido mais geral, o lugar é caracterizado pela identidade que os habitantes criam, o simbolismo, a afectividade. O não lugar é aquele que não tem simbolismo, não é identitário. Nos não lugares, as pessoas são anónimas, tornando-se o ser humano solitário, sem identidade, um desconhecido. Como exemplo, podemos pensar nos habitantes que usam o espaço para deslocação, tendo estes uma relação indivíduo\não lugar, enquanto que os que usam o espaço criam afectividade com o local, com o lugar.

Por outro lado, " o sistema casa - território pode ser entendido como um sistema multipolar de espaços de habitação, onde cada um procura configurar as condições da sua identidade e a índole da sua ligação ao lugar".(Marques, 2012, pp26,27) Esta relação entre casa e território

torna-se num sistema complexo a partir do momento em que o pensamos a uma escala de cidade.

A sua localização tem como base a vida quotidiana dos seus habitantes, podendo ela ser mais ou menos adequada a um individuo, dependendo tanto da suas relações com o lugar, como com as suas deslocações e modo de vida. O local apenas oferece as possibilidades de habitar, cabendo ao individuo e não ao local decidir sobre a forma da sua habitação e de habitar.

A habitação pode assim ser entendida "como um mecanismo físico, cuja forma é o resultado do conceito que uma determinada sociedade tem das necessidades fundamentais", variando estas para diferentes culturas.

Habitação e família

Independentemente da localização, "habitação e família são dois conceitos indissociáveis" Apesar da massificação da construção de habitação e por esta ser vista como um produto, que não tem necessariamente que ser negativo, se percebermos que a associação entre habitação e família é fundamental para a qualidade de vida, não constituía um dos problemas actuais da sociedade. (Marques, 2012) A habitação deve assim ser pensada numa perspectiva humana e social, embora as questões económicas tenham o seu peso, de modo a que se possa proporcionar uma melhor qualidade de vida nas cidades.

Por outro lado, a família é um organismo em constante mutação morfológica associada a passagem do tempo e conseqüente evolução da sociedade em que vivemos. A estrutura familiar tem vindo a mudar ao longo das últimas décadas, em grande parte pela diminuição da importância do crescimento demográfico e pelo envelhecimento demográfico, tornando-se essencial rever as tipologias de habitação do ponto de vista, tanto de organização espacial, como a nível dimensional. O espaço habitacional, como referido anteriormente, deve-se adequar aos modos de vida dos seus habitantes, devendo ser o espaço pensado numa perspectiva mais híbrida e menos restritiva e divisora, potenciando assim as relações sociais dentro do agregado familiar.

O jardim

Os jardins não são habitados meramente por espécies comuns, abundantes e adaptáveis. O facto de muitas das plantas autóctones serem já consideradas raras em estado selvagem pode originar a extinção da fauna delas dependentes. Esta espécie existir num jardim urbano pode transformar-se num habitat para essa fauna. Um simples jardim pode ser então, não só um incentivo a biodiversidade, como também ser a ultima esperança desta espécie dependente. Outro aspecto relevante é o facto de algumas espécies serem migratórias. Elas habitam muitas vezes nestes jardins durante períodos sazonais, migrando depois para outras áreas. Neste sentido, os jardins podem transformar-se em habitats para estas espécies.

Os jardins, em particular os públicos, também ocupam um papel importante na vida da cidade. Em muitas cidades, estes são utilizados com um espaço para passar as horas livres, seja para almoçar, ler um livro, reflectir ou até praticar exercício físico. Para existir esta apropriação por parte das pessoas, estes jardins têm que oferecer condições favoráveis a estas práticas, muitas vezes incentivando-as pelo facto do mobiliário urbano existente, como bancos ou mesas. Por outro lado, os jardins nem sempre são pensados para ter um uso, sendo desenhados como um elemento estético da cidade. Não quero com isto dizer que estes jardins decorativos não ocupem um papel importante na cidade contemporânea, mas , uma vez que estas áreas são cada vez mais reduzidas, estes poderiam ser alvo de algumas alterações para melhor servir a cidade. O facto de estes jardins muitas vezes se situarem em locais onde os fluxos da população são reduzidos, tornam-se apenas espaços desertos, tornando-se muitas vezes pouco convidativos devido a criminalidade ou actividades menos legais.

- **Da concepção à funcionalidade**

Segundo Cabral (2003) os princípios base da arquitectura paisagística são os mesmos de toda a obra de arte. " A arte é essencialmente sintética e não discursiva e , por isso, a sua perfeição consiste na simplicidade dos meios aparentemente tão desproporcionados ao fim atingido" (Cabral, 2003. p 28) Associado ao principio da simplicidade surge a variedade, que deve ser procurada através do aproveitamento do carácter do local e pode ser potenciada pela forma.

Apesar de estes princípios base serem importantes, por si só eles não são capazes de gerar um espaço bem desenhado e que funcione bem num ambiente de cidade. Um dos principais problemas dos espaços verdes existentes nas cidades passa pela rigidez de desenho, sobrepondo-se valores estéticos à função destes espaços. Segundo Cabral (2003), toda a obra de arquitectura paisagística destina-se a ser utilizada pelo homem e este, além de uma lógica racional, têm uma lógica instintiva. Não basta impor ao ser humano "meras composições abstractas, de régua e esquadro, (...) temos de estudar na realidade viva e nas formas tradicionais as leis funcionais permanentes do homem." (Cabral, 2003. p 29)

Quando não existe esta consciência, obtemos espaços verdes desertos, com placares onde está escrito " Não pisar", devido a falta de identidade e funcionalidade, tornano-se estes espaços verdes em meros vazios urbanos a caminho da decadência urbana, não sendo estes capazes de servir os centros urbanos e os seus habitantes.

- **Jardins efémeros**

Numa perspectiva prática e, talvez tentando encaixar-se na própria maneira moderna de o planeamento urbano das cidades, a criação de jardins efémeros nas cidades poderia contribuir para centros urbanos mais ecológicos, equilibrados e verdes.

Podemos pensar no jardim efémero como um inverter da lógica normal, ou seja, em vez de a pessoa se deslocar a um jardim, o próprio jardim vai de encontro a pessoa. O jardim já não é algo estático no território, mas sim um organismo vivo, que pode ou não proporcionar um uso específico, que contribui para a vida social do meio urbano. Pode igualmente ser uma forte arma contra a desertificação de certas áreas, aumentando a sua atractividade, dando um carácter mais efémero a própria paisagem urbana.

A componente artística, desde um simples músico de rua até ao próprio criador do jardim, ocupa também um papel importante neste conceito de jardim. Acho que a ideia de termos cidades mais musicais, mais mutantes e menos estáticas contribuiu cada vez mais para o bem estar da nossa sociedade, uma vez que o dia a dia de cada individuo se torna cada vez mais uma rotina cíclica.

Também as hortas urbanas podem entrar no conceito de jardim efémero. A ocupação de áreas ou lotes abandonados e praças com estruturas agrícolas pode ser uma mais valia para a

população. Além de as pessoas poderem cultivar estes espaços, estas podem ser uma boa maneira de rentabilização destes solos mesmo que por tempo indeterminado. Este tipo de soluções, além de poderem contribuir para um acréscimo na economia também tem impactos a nível social. As pessoas que utilizam estas hortas, têm a possibilidade de ter acesso a produtos de melhor qualidade, a um preço muito reduzido, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. Podem igualmente funcionar como uma componente lúdica. Está provado que os níveis de ansiedade podem ser reduzidos e a capacidade de concentração aumentada. Uma vez que a agricultura privada é cada vez mais reduzida, contribuiria para uma melhor aprendizagem dos próprios jovens. O confronto de gerações e modos de vida na vida urbana da sociedade seria uma mais valia para todos.

Outra solução, pode passar por um jardim efémero materializado como um evento. Um bom exemplo disso acontece na cidade de Viseu. A fusão de diferentes áreas artísticas proporcionam programas de actividades diversificados, atraindo público em grande massa para o centro histórico. O jardim assume um papel importante neste evento, sendo todo o centro histórico alvo de uma intervenção paisagística. Durante 6 dias o centro histórico está ajardinado. Arquitectura, jardinagem, arte, musica, cinema e gastronomia são algumas das áreas envolvidas neste projecto. Edifícios e jardins do centro histórico, que por norma estão fechados, muitos até sem algum uso, são utilizados para criar ambientes ajardinados, exposições artísticas, bares improvisados, com diferentes programas musicais. Esta diversidade de ambientes e jardins, e a própria experiencia de observar a paisagem urbana de uma maneira diferente, são talvez os pontos de maior atracção. As estruturas verdes criadas assumem um papel vital em toda esta lógica, proporcionando sensações e acções que normalmente não seriam possíveis. Muitos destes locais, têm tanto sucesso que a opinião publica é unânime, deviam ser permanentes.

Assim, podemos afirmar que os jardins efémeros podem ser uma vertente da própria arquitectura efémera do espaço público. Uma fusão entre o artificial e o biológico na arquitectura pode ser uma boa maneira de criar espaços de elevada qualidade.

Voltando um pouco atrás, a ideia de estes jardins proporcionarem um uso, na verdade esta ideia de jardim efémero, por si só, no meu entender, não tem força suficiente para vencer em todos os campos. Este conceito, para resultar, necessita de uma fusão de áreas e abordagens, como a arte, paisagismo, a arquitectura, o design e a sociologia, para ir de encontro as necessidades da população.

Os jardins efêmeros, numa sociedade em constante mutação podem ser um bom conceito. Estes jardins poderiam ser movidos, refeitos ou até desaparecer, a cidade e a sociedade seriam os elementos principais neste conceito. Outra questão é a despesa pública que estes envolvem, mas entre gastar dinheiro a manter jardins sem qualquer uso ou vantagem para a cidade, ou ser canalizado para iniciativas de interesse público, creio que não será uma desvantagem deste conceito. Outra possibilidade seria possíveis parcerias público-privadas. Por exemplo, numa rua, como a rua Formosa, ou até a rua Direita, onde o comércio está em decadência e ameaça, seria do interesse de todos criar ambientes diferentes, cativando mais pessoas a usufruir dos seus serviços. Para isso, tal como já existe com a iluminação de natal, seria possível que as pessoas pagassem um quantia, que garantisse “vivacidade” do espaço público. Uma vez que existem pessoas a pagar para terem penduradas na sua varanda painéis luminosos natalícios, será difícil alguém pagar para ter um jardim ou outra estrutura para usufruírem? Além disso, estas intervenções no meio urbano, podem ter uma dimensão bem mais pequena e económica do que talvez possamos imaginar. Em algumas cidades, foram instalados nas ruas vasos de grandes dimensões para que os habitantes pudessem cultivar. Além de não envolver custos de manutenção por parte das entidades públicas uma vez que a população é participante, a própria população acabaria por ter um papel importante na construção e manutenção do espaço público. O sentimento de pertença pelo próprio local e a identidade espacial, seriam sentidos de uma maneira mais intensa, dando origem a uma maior preocupação, por parte da população, com ele. O espaço por consequência acaba por ser mais vivido, tanto por visitantes como por ocupantes. Todo este conceito é bastante utópico, mas se pensarmos, talvez seja tão utópico como os ideais, e esses tem lugar, e propõem que a vida seja sentida em cada individualidade, num espaço que é de todos e rodeado de outros.

Na verdade, a busca pela cidade ideal, os modelos modernistas, todas elas começaram por ser uma utopia. A possível falha em certos aspectos não deve ser levada de uma maneira repressiva mas sim construtiva, de modo a melhorar, evoluir todo este processo de concepção. Uma vez que a ligação do conceito, à sociedade e paisagem é muito forte, não podemos esperar algo científico e calculado que garanta o sucesso. Este processo de creditação depende dos resultados finais e, apesar de existirem bons exemplos de jardins efêmeros, não é uma questão que tenha sido muito abordada, o que torna difícil todo esse processo. A utopia tem como significado mais comum a ideia de civilização ideal, porém imaginária. É algo que se materializa nos pensamentos e para lá da realidade. Na verdade, a origem da palavra vem dos gregos, o “não” e “lugar”, o lugar que não existe. Então mas se o conceito de jardins efêmeros

é utópico, de algum modo isso nos leva a pensar que não existe, mas ao mesmo tempo sabemos que existe, já materializado apesar de em pequena escala e com bastante sucesso. A questão do “não lugar” pode levar-nos a pensar que existe alguma contradição no meio de isto tudo, ou será a utopia diferente de individuo para individuo? Se pedirmos a uma criança de 8 anos para nos desenhar a cidade ideal será diferente do desenho da mãe, pai e até do avô arquitecto. Mas todas elas são válidas, porque são utópicas.

Imaginemo-nos na utopia que é este conceito, materializado. Ao mesmo tempo, estamos rodeados de pessoas que vivem intensamente o espaço. Ao fundo da rua estão crianças a brincar num hipotético jardim que existe, enquanto a sua mãe está a aguardar a sua vez no atendimento do banco. Ao mesmo tempo, esse jardim\estrutura verde faz sombra a uma esplanada local...Um grupo de jovens, no intervalo da sua hora de almoço decidiram fazer um pic-nic...imaginem... O espaço é vivido e sentido de maneiras diferentes entre eles, e nós, se calhar, estamos apenas a olhar, tornando-nos passivos.... O que eu quero dizer é que este conceito está muito ligado ao próprio conceito de lugar e não lugar, que varia individualmente. Partindo do principio que eu e mais 70% da população estamos incluídos no “grupo não lugar”, o facto de existirem jardins efémeros ou não seria indiferente. Mas e para aqueles que é um lugar? Mesmo sendo uma minoria, aquele espaço, seja praça, rua, parcela de terreno abandonado, é vivido por eles, não devíamos estar a desenhar para eles?

O filosofo Karl Mannheim afirma que todo ato de conhecimento não resulta apenas da consciência puramente teórica mas também de inúmeros elementos de natureza não teórica, provenientes da vida social e das influências e vontades a que o indivíduo está sujeito. Por esta própria individualidade, o conceito de jardins efémeros deve ser muito mais do que simples jardins, deve ser fruto de uma fusão de interpretações do espaço por diversas áreas como referido anteriormente. Talvez só assim é que este conceito poderá de alguma maneira apresentar resultados positivos numa tentativa de materialização desta utopia.

Acessibilidade

O conceito da acessibilidade surge no urbanismo contemporâneo, tornando-se uma área essencial de análise. Numa sociedade fortemente marcada pela movimentação de bens e pessoas e, numa era de globalização, a acessibilidade põe em causa toda a construção do mundo contemporâneo. Na verdade é a própria facilidade de acessibilidade que permite que as dinâmicas urbanas e estratégias de atractividade funcionem e tenham um resultado positivo. A própria mudança de escala da cidade deve-se em grande parte à questão das mobilidades e acessibilidade as cidades ser rápidas e precisas, oferecendo uma diversificação de modos de acesso. A acessibilidade constitui ao mesmo tempo um dos principais desafios dos urbanistas, uma vez que todos os indivíduos têm o direito à cidade. Como referido anteriormente, a mobilidade urbana evoluiu em grande escala, deslocando-se os indivíduos cada vez mais. Estas movimentações carecem portanto, de meios de transporte na maioria dos percursos da população, devido às distâncias percorridas serem grandes distâncias para serem percorridas a pé. Neste contexto, tanto o automóvel como os transportes públicos ocupam um papel importante na medida em que proporcionam uma maior velocidade e comodidade de movimentação.

“Algumas pessoas imaginam a cidade ideal como sendo um grande centro onde cada pessoa tem fácil acesso a uma enorme variedade de bens, de serviços e a outras pessoas.” (Lynch, 2010, p179)

A acessibilidade tem sido uma temática bastante debatida na área do planeamento urbano. A escolha do lugar para a fixação, tanto de uma família que compra casa como de uma empresa, acontece muitas vezes com base nas condições de acesso. Este facto deve-se à crescente dificuldade em aceder a um local, tornando frequentemente alvo de reclamações urbanas.

O acesso pode ser classificado de acordo com características específicas e agentes sociais específicos :O acesso à socialização é fundamental para o bem estar do ser humano, sendo ele o aspecto com maior importância, uma vez que “ os seres humanos são animais sociais” (Lynch, 2010). O acesso às actividades humanas ocupa também um papel importante na temática da acessibilidade. A necessidade constante de deslocações por parte da população na sua vida torna-se essencial na sociedade actual, sejam elas recreativas ou como necessárias, como ir à farmácia, banco ou supermercado. Torna-se assim o acesso a recursos materiais

indispensável para a sobrevivência humana, existindo em paralelo toda uma outra lógica de abastecimento destes bens materiais. Este constante abastecimento de mercadoria acontece por meio das infra-estruturas construídas, que podem ou não facilitar o acesso.

Numa outra visão menos sistemática, o acesso à paisagem ocupa também um papel importante. A sensação de bem estar e o contacto com um meio menos urbanizado leva as pessoas a procurarem outros locais de fixação, em função da paisagem, do ambiente, da “atmosfera”. Como necessidade, potenciando uma maior facilidade de acesso, o acesso à informação reduz em larga escala a necessidade de deslocação tornando-se hoje, o acesso à informação um requisito fundamental.

“Os meios de comunicação social, as conferencias e o telefone usurparam a primazia da proximidade espacial fixa, enquanto base para a troca de informações” (Lynch, 2010, p181)

O problema é que o acesso não está distribuído de igual forma para todos os agentes sociais. Com uma cidade cada vez mais construída em função de lógicas de marketing, e com o apoderamento dos centros das cidades por parte de empresas e serviços, gera-se um conjunto de problemas de acessibilidade e de segregação espacial que afecta directamente a sociedade. O acesso não pode ser visto apenas como um conceito a maximizar, onde a sociedade se adapta a ele, mas sim o inverso. O acesso deve ser maximizado em função das carências sociais existentes, visando a facilidade e o livre acesso de todos os cidadãos.

Asher (2012) afirma que “a acessibilidade aos recursos da cidade passa por um lado pela concentração espacial, por outro lado pela velocidade à qual se pode efectivamente atingi-los”.

Como já referido anteriormente, a proximidade física tornou-se menos necessária nas cidades e o espaço consequentemente tornou-se mais acessível e apesar da densificação urbana poder ser um meio redutor das mobilidades e favorecer os transportes colectivos e ecologicamente trazer benefícios, a dispersão urbana é cada vez mais uma realidade que permite a fuga dos centros da cidade por parte da população, em busca de uma melhor qualidade de vida. Para contrariar esta realidade, o desenvolvimento de políticas urbanas que visam a densificação dos centros e o reagrupamento de equipamentos em pontos importantes da estrutura urbana tornam-se assim nos principais objectivos dos urbanistas para tentar solucionar a problemática da dispersão.

“a origem e o destino podem ser aproximados através do aumento da densidade geral de ocupação de um aglomerado populacional(...) apesar de , num limite dependente do meio de transporte dominante, a densidade mais elevada poder aumentar tanto o congestionamento que acaba por anular as vantagens da proximidade.” (Lynch, 2010, p 187)

Segundo Asher (2012), esta densificação “não deve traduzir, por outro lado, uma baixa generalizada das velocidades, porque isso arrastaria então uma perda de acessibilidade do potencial urbano e portanto um empobrecimento do conjunto da cidade. Além disso pode encorajar a urbanização numa periferia mais afastada, onde as velocidades são mais elevadas”. Assim, a densificação deve ser vista como um objectivo urbano em certos contextos e não como uma estratégia radical para a construção de cidade. Esta densificação por sua vez, implica despesas em infra-estruturas, para que os aspectos da mobilidade e velocidade não sejam assim prejudicadas, sendo muitas vezes as parcerias público-privadas uma boa estratégia de amenizar estes mesmos custos. A luta das cidades contra a dispersão, além dos custos que envolve para a cidade, leva a questões ecológicas devido às deslocações dos indivíduos, normalmente por via do automóvel, contribuindo assim para uma perda da qualidade ambiental. Uma vez que os diferentes grupos sociais têm modos de vida diferentes, e consequentemente fixam-se em áreas distintas, a mixidade social torna-se um factor chave quando se fala de desenvolvimento de cidade, uma vez que, para além de ser necessário diversidade, as populações mais modestas devem ter acesso às localizações das populações mais abastadas.

Os indivíduos não utilizam sempre o mesmo meio de transporte para todas as suas movimentações. Asher (2012) refere que “ os cidadãos tornam-se portante necessariamente intermodais”, havendo uma necessidade acrescida de facilidade de troca de um modo de transporte para o outro. Asher (2012) refere ainda que “ o desenvolvimento do uso dos transportes colectivos depende assim largamente da qualidade da intermodalidade”. Quando estes falham, no sentido de não facilitar as deslocações nas cidades, os transportes individuais tornam-se uma alternativa.

- **O automóvel**

O automóvel torna-se o transporte mais utilizada, principalmente pelos que habitam fora dos centros urbanos resultando esta pratica em larga escala em problemas urbanos nas cidades. Asher (2012) afirma que o automóvel, além de servir para o transporte, também é um lugar de vida e de relações sociais e que a sua posse tem um forte valor simbólico e complexo directamente ligado ao meio social. Refere ainda que “o automóvel é igualmente um desafio social múltiplo e rico em problemas, conflitos e contradições.”

A nível urbanístico, o automóvel é a base da construção das cidades do século XX, mas o próprio urbanismo, apesar de responsável pelo carácter viário das cidades, pode igualmente contribuir para uma limitação do seu uso, apesar de gerar debates sociais e políticos que tendem a proteger os interesses das duas partes. Asher (2012) afirma que estas acções urbanísticas, “devem portanto trabalhar sobre a complexidade porque esta é uma condição indispensável para a construção dos inevitáveis compromissos. É preciso, por isso, situar cada projecto na sua rede de tensões e contradições, entre os interesses de actores de toda a espécie e entre o curto e o longo prazo”.

- **Redução de carga nos sistemas de acesso**

Uma das metodologias de aumentar a acessibilidade é a redução de carga nos sistemas de acesso. Uma delas pode ser uma redistribuição do espaço, polarizando os diferentes usos pela malha urbana das cidades. Esta mixidade de usos ,apesar de gerar diferentes fluxos, mais curtos, vai contra a ideia de densidade urbana, numa ideologia de distribuir as pessoas e os usos uniformemente pelo espaço urbano.

Por outro lado, “estas operações sobre o padrão de origem e de destino têm efeitos sobre o acesso que não são bem entendidos” (Lynch, 2010, p188)

Outro meio de redução da carga no sistema é a redistribuição do tempo e a autonomia. O escalonamento dos horários laborais e o facto de , com o apoio das tecnologias de informação disponíveis, poder trabalhar em casa podem reduzir substancialmente as cargas. As tecnologias de informação revelaram-se um grande melhoria de acesso mas, à medida que o volume aumenta, as melhorias no processo de informação tornam-se mais importantes do que as ligações, trazendo com elas uma nova tipologia de vida social. Associado a esta melhoria

estão inerentes alguns problemas, como o excesso de informação e a perda de privacidade. Por outro lado, estes factores são por si só suficientemente poderosos para levar a uma dispersão urbana e na quebra de relações de vizinhança, contribuindo para uma sociedade cada vez mais individualista. Um melhoramento\reajustamento na rede de transportes , tanto a nível de percursos e horários, como a nível económico, facilitaria a acessibilidade e minimizava problemas sociais como a gentrificação. Uma melhor organização nesta área poderia reduzir igualmente o fluxo automóvel, uma vez que seria mais fácil a adaptação ao mesmo por parte de todos os cidadão. Podem ser aplicados subsídios políticos para aumentar o acesso, e , talvez num futuro tornar toda a rede de transportes um bem comum, usado por todos, de livre acesso, onde os custos são divididos por todos os utilizadores. (Lynch, 2010) Assim, toda a lógica de transferir todos os custos para os utilizadores, como é o caso dos impostos sobre a gasolina, portagens urbanas...

A acessibilidade também pode ser entendida numa outra perspectiva, dizendo respeito ao domínio de indivíduos com deficiências motoras e\ou mentais. Neste âmbito, cabe ao urbanismo criar uma cidade acessível a todos, onde não existam elementos considerados barreiras arquitectónicas. Para que isso aconteça é necessário todo um conjunto de normas e leis que controlem esta questão, e por outro lado, transformar estas barreiras, em espaços acessíveis para todos.

- **Barreiras arquitectónicas**

O ambiente urbano criado pelos urbanistas não é de todo acessível a todos tornando-se o direito à cidade uma questão essencial quando falamos de espaço público e barreiras arquitectónicas. Este problema deve ser resolvido com rapidez, caso contrário tenderá a aumentar no futuro com o envelhecimento da população.

“With the demographics of aging predicted to shift progressively over the next 30 years, current estimates suggest that by 2030 the population aged over 65 will have doubled, whilst those in the population aged over eighty years in age will have trebled (Atkins, 2001; Frye,2003). These figures not only suggest that a large proportion of the population may currently experience difficulty in gaining access to many aspects of the built environment due to the wide array of explicit and unseen barriers to access that currently exist, but also that

unless we address the issue of accessibility within the built environment now, this problem is set to increase in the years to come.” (Hanson, 2004).

Como resposta a esta segregação, a opção passou por desenhar as cidades baseada em modelos distintos. Numa primeira fase, o modelo emerge na medicina, onde o indivíduo é considerado o responsável pela sua deficiência. Assim, o desenho do espaço público é adaptado às necessidades especiais de indivíduos com alguma deficiência. De acordo com este modelo, o indivíduo torna-se desactivado pelos obstáculos que enfrenta no dia-a-dia e não pela sua deficiência. Este modelo afirma que um corpo deficiente não é normal e que as pessoas com deficiência ou são pacientes com uma condicionante médica que tem que ser tratada, ou vítimas de uma tragédia o pessoal que tem que ser vista. A condição médica classifica estas pessoas em estereótipos.

“Starting from definitions of disability that historically were based on medical models, it will be suggested that until recently designers uncritically accepted wider, socially-sanctioned constructions of body difference, so that the onus was placed on the individual to adapt the ‘abnormal’ body to an environment that appeared to have evolved ‘naturally’ to suit ‘normal’ people. The pragmatic solution was to design for ‘special needs’, thus perpetuating the distinction between mainstream society and minority groups.”; “ According to these models, a person becomes disabled by the barriers they face, not by their impairment.” (Hanson, 2004)

Como resposta ao modelo médico, surge o modelo social, afirmando que independentemente da necessidade de receber ou não tratamentos médicos, essa questão não resolve o facto de estas pessoas viverem uma vida normal, sem barreiras.

Assim, a sociedade é acusada de ser responsável por esta desvantagem, devido a não prestar grande atenção às necessidades destas pessoas (tanto físicas, como motoras, como cognitivas...) e de as transformar em excluídos da sociedade.

Posteriormente, ambos os modelos são criticados pelo modelo bio-social: o modelo médico por ignorar os valores destas pessoas e o modelo social por negar a debilidade dos efeitos das experiências das pessoas como resultado de deficiência.

O modelo bio-social tenta conciliar posições médicas e sociais, propondo que a composição do corpo humano afecte a capacidade de um indivíduo interagir com o ambiente mas, ao mesmo tempo que, ou o que é definido como deficientes depende de valores sociais e atitudes.

Estas perspectivas bio-sociais observam que imparidade geralmente desaba numa série de categorias gerais e caóticas, como a visão, mobilidade e dificuldades auditivas, que fazem pouco para revelar as complexidades da deficiência. A deficiência não é fixa nem estática ou confinada a uma parte específica da população podendo ser temporária ou permanente, debilitante ou não. A estrutura oferecida pelo modelo bio-social permite que a questão da deficiência possa ser abordada de outra maneira, proporcionando assim uma alternativa mais social para as contas estereotipadas.

Toda esta temática deve-se ao facto da arquitectura do espaço público sofrer de uma incapacidade arquitectónica. Esta incapacidade revela-se muito comum no projecto e construção de edifícios e lugares, podendo estes espaços confrontar as pessoas com os perigos e barreiras que tornam o ambiente construído inconveniente, desconfortável ou inseguro, podendo mesmo impedir algumas pessoas de usá-lo em tudo. A incapacidade, não discrimina apenas os idosos, mas também as crianças, pessoas mais altas, mais baixas, carros de bebe. Em suma, todos aqueles que diferem do objecto humano estereotipado pela sociedade. Assim, mesmo não sendo vitimas, podemos em algum momento da nossa vida sofrer desta "segregação".

O facto do design inicialmente tender a utilizar os dados antropométricos, que são baseados em dimensões médias do corpo e características que reforçam a visão dos corpos humanos existem em formas e tamanhos padrão, apenas assegura que os requisitos da maioria das pessoas estão satisfeitos. Este conceito evoluiu, e começamos a desenhar para pessoas com necessidades especiais, ou seja, todos aqueles que não fossem mulheres, crianças, idosos sem deficiência. De acordo com este ponto de vista, as pessoas com deficiências físicas, sensoriais ou cognitivas são, por definição, as pessoas com necessidades especiais. Na verdade estas pessoas não têm necessidades, tem direitos.

Na época, a abordagem das 'necessidades especiais' parecia uma forma pragmática de resolver de forma prática problemas, adequando edifícios e produtos, de modo que eles estavam "certos" para cada especial grupo de clientes, excluindo-se as minorias.

Hoje, o design aborda a questão de uma forma diferente, o design inclusivo. Este visa a criação de ambientes e produtos que são utilizáveis por todos, sem as necessidades específicas de adaptação para as diferentes pessoas, com ou sem deficiências. Um ambiente inclusivo é aquele em que todos os utilizadores, independentemente das suas capacidades, são capazes de realizar o seu dia-a-dia confortavelmente, com eficácia e segurança, sem serem limitados pela má concepção, manutenção ou gestão do ambiente construído. O design inclusivo deve aliviar a pressão ambiental e arquitectónica deficiente e alcançar um maior grau de equidade e justiça

social. No entanto, os críticos do design inclusivo, como Benktzon, Keates, Goldsmith, Greed ,argumentam que é impossível fornecer um 'tamanho único' como solução universal e que algumas pessoas vão ser sempre excluídas devido a razões económicas muito fortes para este estar acessível a todos. (Hanson, 2004)

Em suma, podemos concluir que o processo de envelhecimento de um idoso não é apenas físico, mas também psíquico e socioeconómico. Quando se aposenta, o idoso acaba por se isolar da sociedade, do trabalho, muitas vezes aliado a razões físicas (como morar num 4 piso sem elevador e não conseguir subir e descer as escadas). As barreiras arquitectónicas também contribuem para este isolamento (segregação social) devido a estas pessoas não serem capazes de aceder a certos espaços. O processo de envelhecimento psíquico, falta de memória ou capacidade de aprendizagem, constituem muitas vezes um problema, ate na própria percepção do espaço.

Consequentemente a este envelhecimento, o idoso tem necessidades espaciais físicas, sociais e informativas. O espaço público deve estar acessível, sem obstáculos, muitas vezes as rampas ajudam bastante a deslocação do idoso no espaço. Os espaços devem ser igualmente legíveis, estimulando os sentidos do idoso. Muitas vezes, diferentes texturas, cores ou cheiros, ajudam a deslocação destas pessoas. Em relação às necessidades especiais, o espaço deve fomentar as relações sociais para combater o isolamento e ao mesmo tempo haver algum controlo\segurança caso aconteça alguma “fatalidade”.

A acessibilidade espacial pretende a integração das pessoas nos ambientes\espaço público, sendo estes acessíveis a todos. Para isso deve-se ter em conta o uso, comunicação, deslocamento e orientação e informação. Devem portanto os projectos ter em conta estas temáticas, produzindo um design inclusivo do espaço público.

Metodologia

O trabalho de projecto foi concebido com uma base teórica, que foi escolhida segundo as ideologias da proposta. Esta base teórica foi desenvolvida em parceria com o relatório de projecto, sendo todo o processo de concepção da proposta apoiado pela investigação teórica.

Numa primeira fase, foram abordados temas mais amplos em torno da arquitectura e da sociedade. Questões como a relação entre arquitectura e sociedade, o desenvolvimento urbano das cidades e a identidade tornaram-se importantes na medida em que contribuíram para a percepção das realidades que estão associadas ao urbanismo. Ao mesmo tempo, foi realizada uma análise colectiva do território que tornou possível perceber as realidades associadas ao local de intervenção. A partir desta análise colectiva, aspectos como as dinâmicas espaciais e a área de intervenção foram alvo de uma maior investigação, uma vez que se tornaram principais nas ideologias da proposta.

Numa segunda fase, onde já existia algum trabalho prático desenvolvido, a escolha dos temas, forma e elementos do espaço público permitiu um cruzamento de ideologias, entre a teoria e o caso prático, sendo o desenho da proposta influenciado por estas mesmas ideologias. A análise formal da macro forma ocupa um papel central no conceito de toda a proposta, existindo uma forte relação entre a forma e as condicionantes e potencialidades do local de intervenção. Também o tema do jardim serviu de base teórica para o seu desenho, especialmente dos percursos pedonais, desenhados em função dos utilizadores, criando micro centros de lazer e repouso.

Durante todo o processo de concepção, foram realizados estudos de caso de diferentes obras de arquitectura, de modo a perceber aspectos que estão inerentes a proposta em casos reais construídos, possibilitando assim uma melhor resolução dos mesmos.

Relatório de projecto

Contexto

“ A cidade de Viseu implanta-se na região centro e sub-região de Dão-Lafões com 99 274 habitantes, sendo por isso a terceira maior e mais populosa cidade no Centro de Portugal, a seguir a Coimbra e Aveiro. Segundo um estudo da DECO de 2007 sobre qualidade de vida, Viseu é a 17ª melhor cidade europeia, como a cidade com mais qualidade de vida entre as 76 do estudo, sendo ainda a primeira das 18 cidades capitais de distrito portuguesas com melhor qualidade de vida. No ano de 2012, a cidade de Viseu voltou a ser eleita a cidade com melhor qualidade de vida do país.”

A evolução e o aumento demográfico registado nos séculos XV e XVI resulta na expansão da cidade para o exterior das muralhas, sendo necessário a criação de novos eixos. Um destes eixos é a rua João Mendes , eixo adjacente á muralha da cidade. Esta rua fazia a transição exterior entre duas das portas da cidade e o actual largo da Santa, cruzando-se com a rua de São Miguel, principal eixo de entrada na cidade de Viseu na época. A nova muralha, embora do lado ocidental tenha mantido o perímetro, no lado oriental o seu perímetro foi reduzido. Toda a zona , onde actualmente existe a rua João Mendes e rua Capitão Silva Pereira foram deixadas do lado exterior da cidade.

No séc. XVII, além do Rossio do Concelho (actual praça da República), também Rossio de Santa Cristina(actual largo da Santa Cristina) ocupava um papel central e importante na vida urbana da cidade, demonstrando o crescimento da cidade para fora das muralhas medievais.

Até meados do século XIX a cidade cresce ao longo destes eixos e são abertas novas ruas, com a posterior necessidade de responder às exigências de tráfego automóvel, sendo estas um forte impulsionador do urbanismo da época.

Em meados do século XIX, a Câmara Municipal ordenou a demolição das antigas portas (1844) visando a modernização da cidade. A opção de demolição de algumas das antigas portas medievais da cidade reflecte a força do automóvel nas ideologias urbanísticas da época. Neste período, é erguido o edificio da Câmara Municipal, no Rossio, confirmando a transferência do centro da cidade, anteriormente situado no centro histórico. É nesta altura também que é construída a rua Capitão Silva Pereira, entre outras, paralela a rua João Mendes, marcando fortemente esta área da cidade é visível ainda o muro da quinta dos Pessanhas, antes da construção da rua Capitão Silva Pereira) Neste período, foi notória uma

maior racionalização da malha urbana construída, fortemente influenciada por ideologias urbanas militares.

Os habitantes de classes sociais com poder económico, começaram a deixar o centro urbano e a procurar cada vez mais a periferia. Quem vai permanecer e ocupar o centro histórico passam a ser as classes mais carenciadas, tornando-se a degradação um problema em forte aceleração. Com o aparecimento do conceito de património, e com o aumento de políticas de reabilitação, toda esta lógica de ocupação do território inverte-se. O centro da cidade, passa de novo a ser um local de interesse para os grupos sociais com mais poder. Inevitavelmente com estas políticas, o preço por m² sobe, e os mais carenciados deixam de ter condições para habitar no centro, sendo “empurrados” para outros locais, geralmente degradados, onde as rendas são menores.

No século XX, a expansão da cidade fez-se segundo um esquema radio concêntrico, fortemente marcado pelo boom na construção dos anos 80\90 e contribuíram para uma elevada dispersão urbana. A cidade de Viseu cresce segundo os seus principais eixos de ligação, que antes assumiam apenas o papel de entrada na cidade. Com este crescimento, geram-se novos centros urbanos com dinâmicas urbanas próprias, muitas vezes igual ou maiores aos centros históricos. Assim, a importância dos centros urbanos deixa de ser atribuída pela sua centralidade, passando a ser atribuída pelas características individuais de cada centro. O que inicialmente funcionava inter-cidades passa agora a existir intra-cidade.

Segundo Teresa Salgueiro, a cidade fragmentada que está em construção tem quatro características principais, sendo elas o poli centrismo das cidades, os enclaves, a segregação social e áreas multifuncionais. Como referido anteriormente, o aparecimento de novos centros urbanos e o seu reconhecimento ser atribuído pelas suas características individuais, para além de levar a criação de novas áreas multifuncionais, pode ser igualmente geradora de segregação social. O interesse por parte de vários grupos sociais e vários serviços e empresas, leva estes centros urbanos a tornarem-se demasiados dispendiosos, desenvolvendo-se muitas vezes portagens urbanas em volta deles. Certo que em Viseu, estas portagens não terão impacto como em cidades de maior dimensão, mas estas, como é o caso do pagamento para estacionar ao preço do café no centro, constituem também de algum modo uma barreira livre de acesso à cidade. O tecido urbano gerado torna-se fragmentado, tanto a nível espacial, como a nível social. Assim, muitos destes centros urbanos tornam-se verdadeiros enclaves, ou seja, centros fechados, onde o livre acesso é barrado a alguns grupos sociais. Um exemplo destes enclaves pode ser, tanto um centro comercial como um condomínio fechado. Ambos utilizam espaço público, e esse, supostamente de livre acesso é condicionado. Esta segregação está

também ligada à reabilitação, uma vez que os programas de apoio que foram criados, supostamente com medidas de inserção social dos moradores existentes, que, na verdade não se reflectem na realidade uma vez que estes deixam de ter condições económicas para continuarem a habitar estes centros. Por outro lado, apesar de existir esta gentrificação, existem vantagens inerentes a reabilitação urbana dos centros históricos.

Segundo Lucília Gaspar, estes processos tornam-se vantajosos do ponto de vista urbano, uma vez que existe um aproveitamento de parte significativa do edificado, lutando contra a dispersão urbana e dinamização dos centros históricos no que diz respeito ao comércio, turismo e segurança, ganhando estes centros históricos importância social e que os permite fazer parte da vida urbana da cidade, em conjunto com os outros centros existentes. Também a questão económica tem um peso bastante forte que é traduzida pela diminuição de infraestruturas e equipamentos aproveitados.

Estas acções contribuem para um maior sentimento de pertença dos habitantes da cidade e fortalecem a identidade local.

Análise

Edifícios

- **Estado de conservação**

Para analisar o estado de conservação dos edifícios foram criados critérios de avaliação para posterior análise de resultados:

Muito Bom - Enquadram-se todos os edifícios que apresentam um estado de conservação excelente não necessitando de qualquer tipo de intervenção;

Bom - Enquadram-se os edifícios que necessitem de algum tipo de intervenção de pequenas dimensões, de simples reparação, não exigindo grandes custos e tempo de reparação;

Satisfatório - Enquadram-se os edifícios que apresentam sinais de degradação pontuais, exigindo intervenções de recuperação de maior duração e que envolvem custos mais elevados;

Mau - Enquadram-se os edifícios em estado avançado de degradação, que constituem uma ameaça para a segurança pública.

Cerca 70% do edificado está classificado como grau bom e satisfatório e apenas 13,5% do edificado está em plenas condições de segurança e conforto, classificado com grau muito bom.



Fig. 1 – planta estado conservação de edifícios | Fonte: Grupo A (adaptado)



Fig. 2 – rua das bocas | Fonte: Grupo C (adaptado)

- **Cérceas**

A Rua 5 de Outubro é uma das entradas da cidade, composta em sua maioria por edifícios que contêm dois três pisos.

Analisando a Rua João Mendes, o edificado remete para edifícios com três e dois pisos. O lado Norte possui um maior número de pisos, ao contrário do lado Sul que é composto por edifícios com dois pisos.

A Rua Simões Dias, tem ligação à Rua João Mendes Ribeiro e acesso à Estrada da Circunvalação. Esta Rua apresenta um número insignificante em termos de edificação, possuindo na sua maioria edifícios com um piso, sendo os restantes com dois e três pisos.

A Estrada da Circunvalação também possui um número menosprezável de edifícios sendo em maioria os de dois pisos existindo outros que surgem pontualmente com um, três e quatro pisos.

Na Rua Capitão Silva Pereira o edificado remete para edifícios com quatro pisos na sua maioria existindo alguns também com três pisos.

- **Usos**

Predominam edifícios de utilização mista, nas zonas de maior circulação pedonal, como é o caso da Rua Formosa, Rua Direita, Avenida Capitão Silva Pereira e a Rua das Bocas. Apesar da proximidade com o centro histórico, é notória uma diferença significativa nos usos, sendo o centro histórico uma zona de carácter mais residencial, apesar de no seu micro centro o edificado ser maioritariamente de uso misto, ocupado por bares, restaurantes e comércio tradicional

A área de estudo é caracterizado por uma forte concentração de serviços, tais como estabelecimentos de ensino e instituições religiosas e civis. Destaca-se a inexistência de habitação unifamiliar dentro da área de estudo.



Fig. 3 – planta de pisos | Fonte: Gupo C (adaptado)



Fig. 4 – vista centro histórico | Fonte: Grupo C (adaptado)

Espaço público

- Limites

No centro da cidade, a relação entre o espaço público e o espaço privado é marcada pela ausência de muros, sendo a delimitação entre estes dois feita pelas fachadas dos edifícios. Junto à circunvalação o cerramento do espaço privado é feito por muros em cantaria ou por muros em alvenaria de blocos de cimento. O espaço público revela-se maioritariamente constituído pela malha urbana da área, destacando-se os jardins da Santa Cristina e da Av. Emídio Navarro como espaços verdes públicos.



Fig. 5 – planta espaço público\privado | Fonte: Grupo C (adaptado)

- **Ruas**

No centro histórico as ruas têm um carácter mais pedonal, existindo 2 casos (rua Direita e rua Formosa) onde estas se assumem como os principais eixos pedonais de acesso ao centro da cidade. Estes são fortemente marcados pela utilização de comércio e serviços nos pisos do rés do chão, O que faz com que os fluxos pedonais aumentem e sejam diferentes dependendo do horário. No capítulo das dinâmicas urbanas esta questão esta questão será abordada com maior rigor.

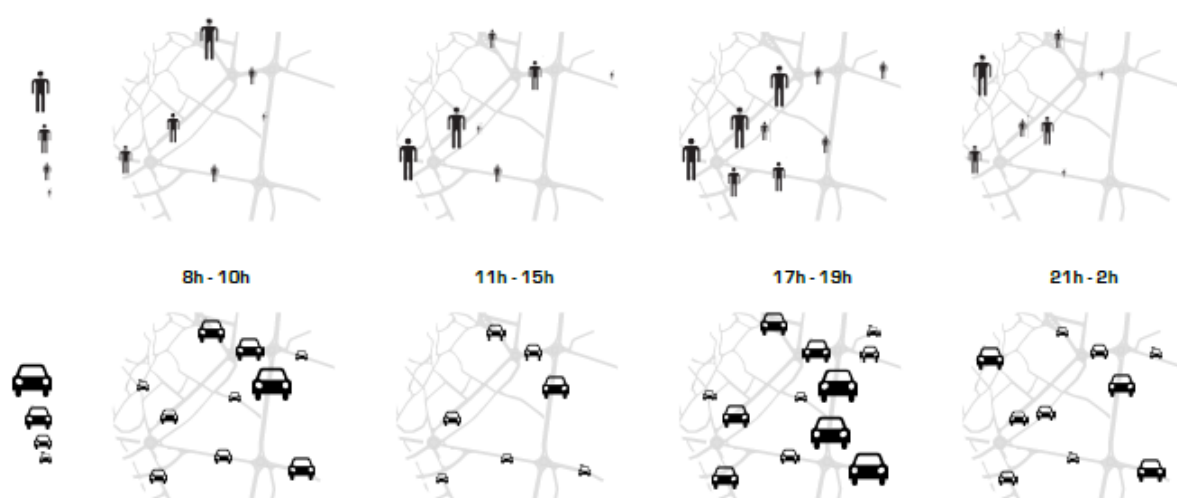


Fig. 6 – esquema de fluxos | Fonte: Gupo A

- **Pavimentos**

A planta de pavimentos permite-nos perceber continuidades de vias e, quando cruzada com a do estado de conservação, permite-nos perceber a durabilidade dos materiais. O uso de paralelos em granito é muito utilizado na área de intervenção tal como a calçada portuguesa em quase todos os passeios.

Permitiu-nos perceber que a rua do Gonçalinho tem uma continuidade com a rua Simões Dias, que no passado, foi um dos eixos principais da cidade medieval. O facto de em todas as passadeiras existirem rampas facilita a deslocação destas pessoas e a mudança de pavimento junto as mesmas (mais no centro da cidade) facilita a orientação das pessoas invisuais.

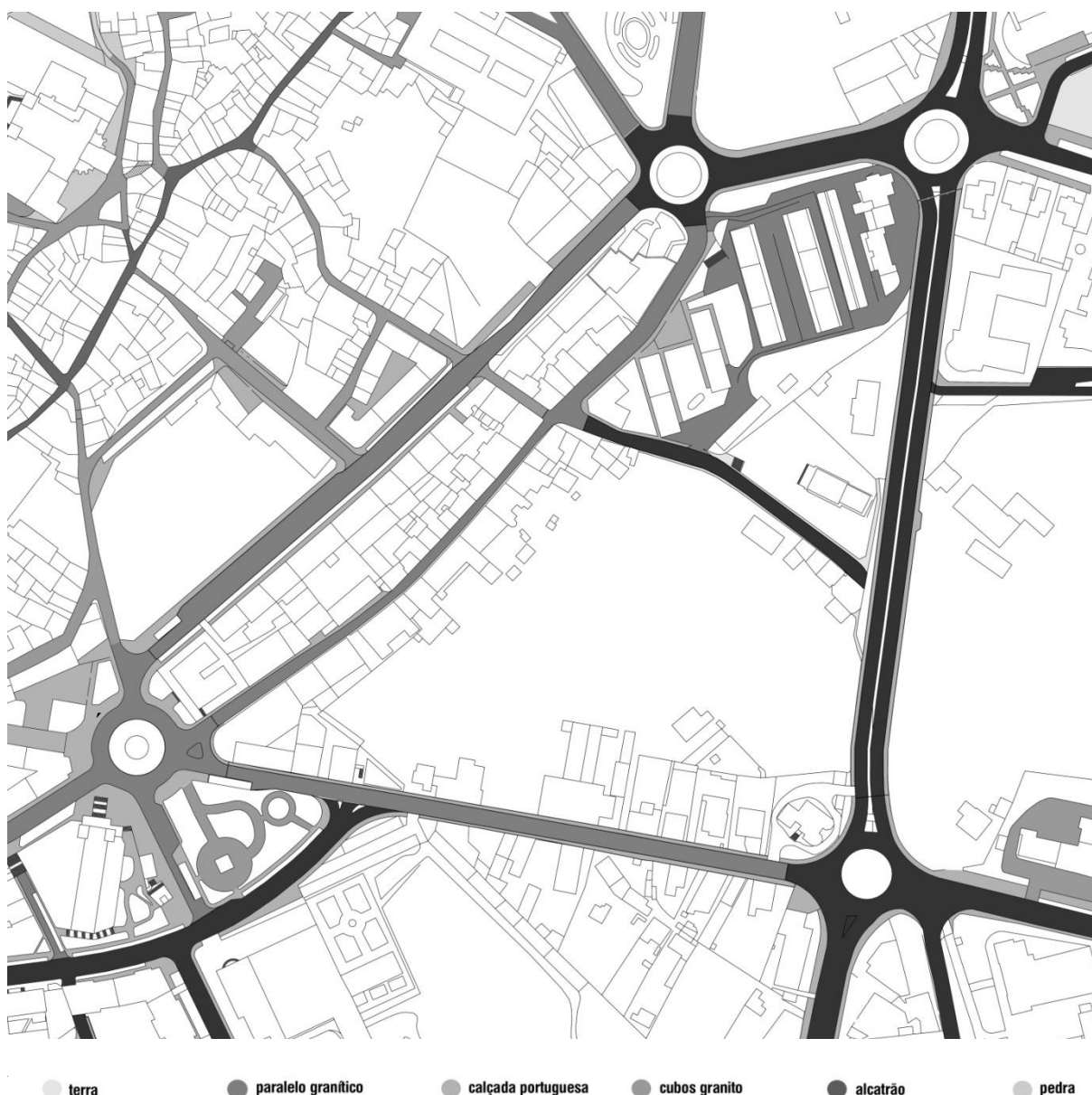


Fig. planta tipo de pavimentos | Fonte: do autor

- **Estado de conservação**

Em relação ao estado de conservação das vias, após a análise da planta constatou-se que as ruas João Mendes e Simões Dias são as que se encontram em pior estado. Foram classificadas como “ mau” devido a condicionarem a utilização. Nestes casos, o estado de degradação do pavimento em asfalto (rua Simões Dias) e abatimentos do paralelo que tornam a circulação do automóvel mais lenta e bastante desconfortável (rua João Mendes). Também na zona da Sé, o mau estado do pavimento de pedra condiciona muito a circulação devido ao abatimento

localizado do mesmo. Estas vias devem ser alvo de intervenções para melhorar a qualidade das mesmas pois o facto de se encontrar em mau estado evidencia questões de pouca limpeza e uma imagem degradada destas áreas, que se torna pouco convidativa no que diz respeito a sua utilização. Em estado satisfatório encontram-se as ruas 5 de Outubro, Regueira, da Árvore, Chantre , Prebenda, Escura, Capitães tal como todo o espaço envolvente do bairro da Misericórdia e a avenida Emídio Navarro. Apesar das anomalias existentes serem basicamente abatimentos localizados no pavimento em paralelo (característico deste material), estas não comprometem a sua utilização. Contudo devem ser alvo de manutenção periódica de modo a que o seu estado não agrave. De um modo genérico, todos os passeios da cidade, com preocupação com pessoas de mobilidade condicionada é notável. Também a rua capitão Silva Pereira e a rua do Gonçalinho se encontram em bom estado, apresentando apenas pequenas anomalias localizadas.

Em muito bom estado de conservação, encontra-se a rua Direita, que foi alvo de uma renovação á poucos anos. O facto de a circulação automóvel ser condicionada e com pouco fluxo, esta é essencialmente utilizada por peões, ajudando a conservação da mesma. A avenida José Relvas , Emídio Navarro, a estrada da circunvalação e a rua D. António Alves Martins devido ao pavimento em asfalto, têm uma maior resistência as exigências da população, encontram-se em muito bom estado.



Fig. 7 – planta estado de conservação das vias | Fonte: do autor

- **Estacionamento**

Em relação ao estacionamento, nas principais ruas, este é controlado normalmente por parquímetros e foram projectos para este efeito. O estacionamento por apropriação (caso do parque improvisado na rua Capitão Silva Pereira) e na rua 5 de Outubro e Simões Dias que põe em causa, por vezes, a utilização destas ruas. Se subirmos a rua 5 de Outubro a pé, torna-se bastante difícil quando nos cruzamos com um automóvel.

O adro da Sé funciona também como um parque de estacionamento, condicionada a sua utilização dependendo dos dias. Existe também um estacionamento subterrâneo na rotunda da Santa Cristina, situado perto de um principal eixo pedonal que vai directo ao centro (Rossio). Outro ponto que é bastante utilizado para estacionamento é a rua Dr. Perdigão. Estes locais, são utilizados como estacionamentos de longa duração, normalmente durante o período laboral.

- **Espaços verdes**

O bairro da misericórdia é caracterizado por possuir uma área significativa de espaços verdes, contudo estes não são utilizados com bastante frequência devido , tanto a falta de mobiliário urbano como falta de comodidade. Os habitantes do bairro acabam por não utilizar estes espaços e o seu desenho, torna-os pouco convidativos para os restantes habitantes da cidade uma vez que o seu carácter dá uma ideia tanto de espaço privado do bairro, como por outro lado não existe grande atractividade para a sua utilização. A manutenção do espaço acaba por se tornar desleixada uma vez que não existe uma apropriação do espaço, nem controlo em relação à manutenção do mesmo.

O Jardim de Santa Cristina e o Jardim de Santo António são espaços verdes com um carácter diferente e são tratados com maior regularidade. Estes dois espaços são usados com bastante frequência, em parte devido à sua localização. O primeiro funciona como um apoio durante os meses mais quentes, as paragens de autocarro junto ao seminário, pois garante protecção contra o sol; Devido à sua localização central, em frente à escola secundária Emídio Navarro,

Dinâmicas espaciais

- **Largo Santa Cristina**

O largo da Santa Cristina ocupa ainda hoje um papel importante na cidade de Viseu. Fortemente marcado pelo cruzamento de vários eixos principais, o largo da Santa Cristina torna-se uma das principais entradas no “miolo” central da cidade de Viseu. Por outro lado, ele assume um papel congestionador em determinadas alturas do dia, tornando-se confuso e dificultando o acesso à zona mais central da cidade. Além deste uso viário, o largo da Santa Cristina assume um importante carácter pedonal uma vez que a rua Formosa (principal eixo pedonal que liga ao Rossio) se conecta com ele. A existência de monumentos, como o arquivo municipal e a igreja da Santa Cristina e o jardim, reforçam a importância deste largo, existindo um sentimento de pertença por parte da população bastante forte. A vertente de largo, anteriormente ocupava um papel importante na centralidade da cidade, podendo os habitantes da cidade usufruir do mesmo. Com a abertura da rua Capitão Silva Pereira e a rua Alexandre Lobo, e , devido a se ter tornado num elo de conexões com um forte carácter viário, todo esse carácter de largo passa a ser consumido por uma rotunda, ficando apenas a parte do jardim como local pedonal. Todo o largo da Santa Cristina alimenta-se das ruas que a ele se conectam, sendo a sua vida urbana marcada por circulação de pessoas, automóveis e bens, dependente da hora do dia. Esta dinâmica urbana alimentada pelo comércio, diminui exponencialmente com o encerramento dos serviços existentes.

- **Rua Capitão Silva Pereira**

A rua Capitão Silva Pereira é um dos principais acessos ao centro da cidade. Fortemente marcada pela circulação automóvel, também os fluxos pedonais são também elevados durante o dia. Durante a noite, a rua é bastante diferente, reduzindo-se em grande escala os fluxos. Em parte a rua vive deste constante fluxo de pessoas, “alimentando-se” a vida urbana do comércio e serviços, tanto no piso térreo como nos andares superiores. Nos pisos superiores, maioritariamente existem tipologias de habitação multifamiliar.

- **Rua João Mendes**

A rua João Mendes faz parte da malha urbana medieval, em conjunto com a rua Simões dias, principal eixo de acesso ao centro medieval da cidade antiga. No século XVII é construída a casa das bocas, um solar com uma quinta na sua envolvente. Do lado oposto da rua, existia também um solar (actual arquivo municipal) que fazia parte da quinta dos Pessanhas. O papel desta rua na malha e vida urbana da cidade seria, apesar de a uma escala menor, um pouco como hoje a rua capitão Silva Pereira. Hoje o papel que a rua assume na vida urbana é bastante diferente.

Como referido anteriormente, com o aumento dos fluxos e expansão da cidade, foi construída a rua Capitão Silva Pereira, que se situa paralelamente à rua da João Mendes, acabando por “matar” a rua das bocas uma vez que assimilou toda a vida urbana. Por um lado este fenómeno é de simples compreensão, uma vez que a oferta e a qualidade espacial da rua Capitão Silva Pereira consegue corresponder melhor as exigências urbanas impostas pela sociedade. Este paralelismo entre as duas ruas, que, inicialmente teriam o mesmo uso, torna-se numa espécie de competição urbana entre as duas ruas, onde o elo mais fraco acaba por perder a guerra. Inerente a esta derrota surge o desinteresse urbano da rua, que acaba por cair em decadência. O agravamento do estado de degradação, em conjunto com o pouco interesse funcional e espacial existente, dá origem a fixação de grupos sociais específicos. A inexistência de passeios pedonais e estacionamento na rua, torna difícil, tanto a circulação pedonal como a automóvel o que não é um bom fixador de vida urbana. O perfil da rua, torna-se assim num misto de arquitectura vernacular do lado sul, e de arquitectura moderna com uma cénica superior, intercalada com edifícios devolutos e reabilitados de arquitectura vernacular do lado sul.

Por outro lado, não só o estado do espaço público mas também o estado de conservação da maioria dos edifícios da rua, apresentam um estado de degradação elevado, com inúmeros edifícios devolutos. Apesar de alguns edifícios terem sido alvo de obras de reabilitação, a ideia de degradação está fortemente associada à rua das bocas.

Percebe-se que, esta degradação que está associada ao local, não é apenas física do ponto de vista da cidade, mas é também social. O problema da degradação conecta-se directamente com a marginalização e o mundo “obscuro” da vida urbana. Esse é o papel assumido pela rua das bocas, quase como um gueto disfarçado durante o período diurno. Se passarmos na rua durante o dia, apesar de percebermos que existe alguma diversão nocturna pela fixação de

bares, o que vemos é edifícios devolutos, meia dúzia de estabelecimentos comerciais e automóveis estacionados. Durante a noite os edifícios devolutos são utilizados para consumo de drogas, que contrasta muitas vezes com carros de luxo e purpurinas do lado oposto da mesma.

Estes usos dão origem a um certo estigma inerente à rua das bocas, rotulada como “red light district”, que afecta a vida urbana e dos habitantes de formas distintas.

Por um lado, os habitantes da rua das bocas sentem-se excluídos da vida urbana da cidade, e descontentes com o estado de conservação das infra-estruturas. O elevado estado de degradação e a ideia de sujidade que está inerente na rua das bocas, provoca questões de salubridade, que conjuntas com a falta de espaço para circular pessoas, carros e dar lugar a estacionamento abusivos afecta igualmente os poucos comerciantes da zona. Quando confrontados com o facto de na rua se fixarem bares nocturnos, mostram-se descontentes tanto pelo barulho durante o período nocturno como pelo preconceito da prostituição.

Talvez o maior problema não seja o facto de existirem bares de alterna na zona, mas sim o facto do estado de degradação da rua e o que eles geram para a população. Este factor parece-me ser o principal segregador, pois é ele que impede a qualidade espacial da rua das bocas e provocou o desinteresse de vivência urbana. A identidade da rua, que estava quase extinta, passa a renascer com a fixação dos bares. Esta é a principal razão para os moradores se sentirem desconfortáveis, o facto de a rua onde habitam ter esta identidade, existindo um estigma parecido com os bairros sociais, de segregação social urbana.

Por outro lado, se os bares existentes estão abertos ao público, é porque certamente existe público para os mesmos, ou seja, uma parte da população faz com que eles existam. De certa forma, a identidade da rua das bocas difere consoante os diferentes grupos sociais.

Apesar de existir um estigma associado à prostituição disfarçada nesta rua, só foi possível perceber que ele está directamente ligado a identidade da rua devido a entrevistas com as opiniões dos habitantes. Este torna-se assim num dos problemas sociais inerentes a rua das bocas. A marginalização da rua está directamente ligada com a degradação, tanto da habitações como do espaço público sendo a principal causa para a fixação de grupos sociais marginais, que habitam ou consomem droga em edifícios devolutos e/ou casas degradadas com baixas rendas. A degradação apenas pode ser combatida se existir interesse por parte de entidades públicas ou privadas no espaço da rua das bocas, e so através da reabilitação é que a poderia ser fomentada e melhorada a qualidade urbana e dinamizar o comércio, serviços e habitação. Modificações no espaço público, que visem a facilitação da mobilidade de pessoas

e automóveis seria um forte motor para a reabilitação da rua das bocas e promover algum interesse urbano. Alheado a ela, a reabilitação de edifícios, alguns deles com elevado valor patrimonial, como é o caso da casa das bocas, abriria a possibilidade de gerar novos usos que fomentassem interesse para a cidade. A identidade da rua das bocas, mesmo que estivesse associada a prostituição, teria um novo papel na vida urbana da cidade de Viseu, numa tentativa de devolver ou criar uma nova identidade mas plástica, podendo existir novos grupos sociais a usufruir da mesma. O paralelismo entre a rua das bocas e a rua Capitão Silva Pereira pode ser de algum modo uma potencialidade para a vida urbana. Da mesma maneira que a rua C.S. Pereira se alimenta dos fluxos diários através do comércio, se a rua das bocas tivesse alguma qualidade espacial poderia viver ligada a esta, funcionando como uma expansão dos usos existentes, uma vez que se encontra lotada. Outro aspecto que pode ser ter interesse neste paralelismo é o facto de a rua C.S.P. ter um perfil fortemente rodoviário, sendo condicionados os fluxos pedonais, pela falta de qualidade espacial pedonal. Passeios estritos, com grande movimentação de pessoas caracterizam a rua e esta pedonalização poderia ser canalizada para um eixo paralelo, onde a qualidade de movimentação devido ao baixo fluxo viário poderia ser uma potencialidade. Não quero com isto dizer que a rua das bocas seja auto-sustentável ao ponto de ser pedonalizada, mas tornar-se uma rua partilhada com qualidade urbana poderia ser uma solução, alheado aos outros factores referidos.

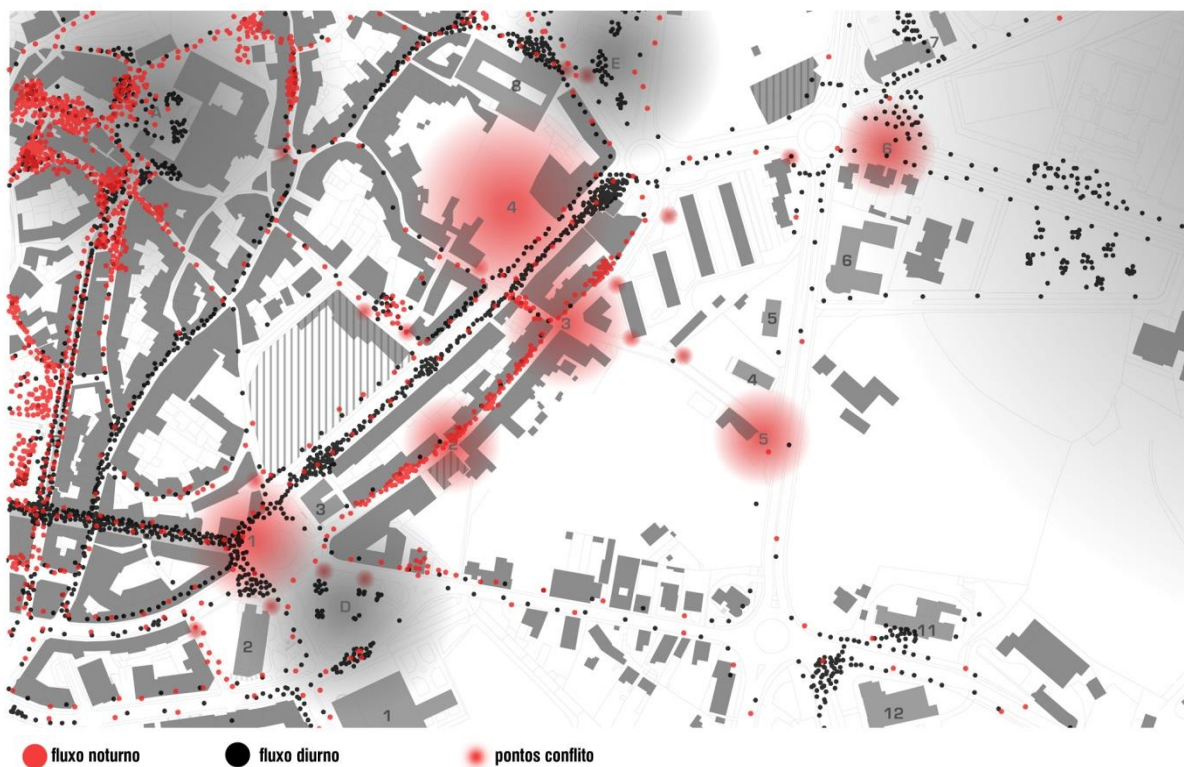


Fig. 9 – esquema de fluxos| Fonte: Grupo A (adaptado)

Área de intervenção

No que diz respeito à área de intervenção, esta localiza-se na freguesia de coração de Jesus, muito perto do centro da cidade e também do parque verde do Fontelo. Um dos principais eixos mediáveis da cidade atravessa a área de intervenção. Hoje, a rua de São Miguel é uma rua sem saída, que desemboca junto ao largo da igreja, barrada pela circunvalação. À mesma cota da igreja situa-se a escola primária de São Miguel, constituindo por sua vez algum constrangimento na zona, uma vez que o seu acesso, com construção da circunvalação teve de ser adaptado. Esta adaptação traduz-se num congestionamento de trânsito na circunvalação e uma obrigação de infracção no código da estrada, uma vez que é a única maneira de os pais deixarem os seus filhos na escola. Este conflito torna-se assim objecto de estudo para a intervenção proposta.

A uma cota inferior, desenvolve-se o bairro da Misericórdia, um bairro habitacional, tipologicamente caracterizado pela mono funcionalidade habitacional. O bairro é dotado de algum espaço verde de pouca qualidade, não promovendo assim o uso do mesmo. Todo o restante espaço do bairro é utilizado como estacionamento, que se revela caótica na medida em que serve o próprio centro da cidade. Com a aplicação de estacionamento pago numa ideia de controlo das áreas em redor do bairro, ele é escolhido pelos habitantes como um bom local de estacionamento. Outra característica marcante da área de intervenção é o facto de a área não urbanizada ser rodeada por traseiras habitacionais, nomeadamente da rua João Mendes(das bocas) e da rua 5 de Outubro.

Em relação a esta área, é marcante o facto de a morfologia do terreno se desenvolve em três níveis distintos, por meio de taludes provenientes de antigas vinhas existentes. A Norte são privilegiadas as vistas sobre a Sé e sobre grande parte do aglomerado urbano histórico da cidade de Viseu, que se desenvolveu numa zona mais alta. Esta imagem da cidade de Viseu é já uma característica da mesma, assumindo alguma da identidade da mesma. Este factor, na verdade demonstra-se bastante forte na própria proposta devido a sua importância para a cidade e para os viseenses, uma vez que, em projectos desta natureza, o desenho do espaço público torna-se indispensável. Outra característica desta área é o seu carácter natural, não urbanizado, com a existência de manchas arbóreas de carvalhos e castanheiros.

Na envolvente da zona de intervenção situa-se também a rotunda da Santa Cristina, sendo caracterizada pela forte identidade e constituir um pólo de centralidade na vida urbana da

cidade. É caracterizada também pela conflitualidade entre o fluxo automóvel e pedonal, podendo ser melhorado o seu funcionamento se, de algum modo, estes fluxos puderem ser filtrados com base nas mesmas necessidades . Esta zona pode constituir um forte elemento de ligação com a proposta na medida em que pode facilitar percursos e oferecer algo de novo no sentido de melhorar a zona em questão.



Fig. 10 – Foto da área de intervenção | Fonte: do autor

Pontos Fortes:

- Vistas sobre a cidade histórica
- Centralidade
- Carácter cultural
- Multifuncional

Pontos Frágeis:

- Congestionamento de fluxos
- Imagem degradada
- Pouca vida urbana
- Carácter de traseiras
- Acessibilidade

Proposta

Conceito

Partindo da análise do território, a proposta vai de encontro a maximização dos pontos fortes e resolução dos problemas, na medida em que estes podem ser potenciados.

A proposta urbana é desenhada numa lógica de relação entre cidade e sociedade, de modo a que esta seja dimensionada e desenhada em função das necessidades da população e, que, contribua tanto para a boa imagem da cidade como para a facilidade de deslocação. Numa tentativa de gerar vida urbana, a proposta incorpora equipamentos de serviço e habitação, incorporando a dimensão cultural do local. A acessibilidade torna-se assim um tema fulcral no desenho urbano, onde se assiste, por um lado, a uma intenção de permeabilidade espacial e por outro uma conexão espacial dos vários elementos da sua envolvente, tanto a uma escala mais pequena, como a uma escala maior, num conceito de cidade.

A ideia base da proposta assenta numa macro forma edificada, definida tanto pela altimetria do terreno, como pela ligação com os elementos construídos existentes.

Numa segunda fase, o volume sólido é trabalhado na ligação com o solo, sendo nesta fase diferentes as exigências urbanas. Ao contrario da primeira fase de concepção, onde a base se restringiu à morfologia do terreno e da envolvente, na segunda fase, o volume foi adaptado às exigências do espaço público e dos seus utilizadores. Numa ideia de tanto gerar novos fluxos urbanos, como oferecer alternativas aos existentes, a macro forma é levantada do solo, oferecendo uma maior permeabilidade.

Deste modo, a própria macro forma é a orientadora e divisora do espaço público e consequentemente das suas tipologias e funções. Também a ligação dos edificios com o relevo torna-se um forte elemento de coesão territorial. Através do aproveitamento dos taludes, a proposta desenvolve-se em 3 níveis de cota diferentes, que se interligam entre si. O desenho do espaço começa, em primeiro lugar com um olhar analítico sobre a zona da igreja e da escola. A ideia de coesão com espaço proposto de carácter multifuncional aparece como meio de unificação do espaço público e de aglutinação das suas partes, tanto do existente como do proposto.

Espaço público

Bairro

O bairro da Misericórdia foi alvo de alterações no espaço público envolvente, uma vez que devido ao seu desenho a sua utilização é condicionada. A entrada principal do bairro que se localizava junto à rotunda da avenida Emídio Navarro foi anulada, uma vez que o seu acesso era muito próximo da rotunda, criando problemas na circulação rodoviária. O acesso principal é mudado para o lado oposto, na rua Simões Dias. Esta opção levou á anulação do jardim existente junto ao muro da escola, dando lugar a mais lugares de estacionamento associados ao novo acesso viário. Também o sobredimensionamento e a pavimentação dos passeios existentes foram opções que visam uma melhor acessibilidade e integração do bairro na restante envolvente, sendo o objectivo base, dar além de uma melhor oferta aos utilizadores, uma nova imagem, mais atractiva, que gere novos fluxos e interesses por parte da população.

Junto ao novo acesso do bairro, no cruzamento com a rua João Mendes, é proposta a demolição de um dos edifícios do bairro da misericórdia. esta opção vem em busca de uma maior clareza do espaço público, evitando becos e espaços sem interesse. esta demolição contribui também para uma maior amplitude visual do novo eixo de ligação com a proposta, sendo assim o espaço publico melhorado. A colocação de mobiliário urbano e de vegetação nesta zona oferece apoio a este novo entroncamento, marcando o centro entre a rua Simões Dias, o novo eixo de ligação, a rua João Mendes e a rua do Gonçalinho.



Fig. 12 – foto bairro da Misericórdia | Fonte: Grupo C (adaptada)



Fig. 13 – foto rua Simões dias | Fonte: do autor

Ruas

- Rua João Mendes

A rua João Mendes é também alvo de intervenção, onde se propõe a reparação do pavimento que se encontra degradado e a construção de passeio, de modo a que se torne segura para os seus utilizadores. Com o intuito de minimizar o efeito de barreira de toda a frente urbana da rua das bocas, e de valorização do património existente (casa das bocas), optou-se por demolir um dos edifícios que dá lugar a um nó de ligação entre a rua proposta e a rua João Mendes. Este nó é marcado também pelo início do quarteirão. Em coesão com o projecto desenvolvido para a casa das bocas, este espaço foi pensado como um espaço da cidade ligado as artes, uma vez que o programa para o projecto de reabilitação da casa das bocas é um atelier de arte.

- Rua do Gonçalinho

A rua do Gonçalinho teve especial importância na medida em que era um alinhamento forte a nível urbano, marcando um percurso directo para a sé. Por outro lado, a rua Simões dias, torna-se uma continuação desta mesma rua, e, sendo ela o elemento viário principal de toda a proposta, é redesenhada numa lógica de marcação do eixo com a sé e alinhamento da frente de rua.

- Rua Simões Dias

A rua Simões dias constitui o acesso viário principal de toda a proposta. Inicialmente barrada pela circunvalação e utilizada como estacionamento, constituía um problema no que diz respeito as dinâmicas urbanas da área. A proposta assenta em dar uma continuidade a esta rua, interceptando-a com a rua 5 de Outubro. Além de dar acesso às habitações propostas, esta torna-se num atalho para aceder à zona da Santa Cristina, reduzindo o fluxo automóvel da rua Capitão Silva Pereira. Por outro lado, uma vez que ela separa as traseiras existentes do edificado proposto, anula a relação de traseiras e cria uma nova relação urbana entre o edificado da zona. Passa assim a ser criada uma nova frente urbana, de carácter residencial.

Quarteirão

As traseiras da rua João Mendes são igualmente alvo de intervenção. A Criação de um quarteirão é proposta na intercepção do arruamento com a rua do Gonçalinho, amenizando o carácter de traseiras e possível promoção de reabilitação desta área, ou seja, uma vez que vai existir uma reformulação urbana a uma escala alargada nesta zona, a construção do quarteirão implica obras de reabilitação de modo a unificar o espaço. Por outro lado, é criada uma mixidade de tipologias, tanto de habitação, como de comércio, promovendo a vida urbana na rua das bocas. Uma vez que a proposta se liga directamente a esta rua, tem esse poder de gerar fluxos e uma vida urbana diversa. O quarteirão proposto torna possível o redesenho da intercepção da rua João Mendes com a rua Simões Dias e, associado à demolição do edifício do bairro da misericórdia, confere uma nova identidade para este local. A reorganização deste nó torna-se um ponto chave da proposta uma vez que é o principal acesso à área de intervenção e ligação com dois importantes eixos da malha urbana da cidade (ruas Capitão Silva Pereira e Gonçalinho). Apesar de o quarteirão não ter sido desenvolvido com mais pormenor, o seu uso seria misto, com três pisos de habitação e no rés do chão a utilização seria comércio e serviços.



Fig. 14 – foto maquete | Fonte: do autor

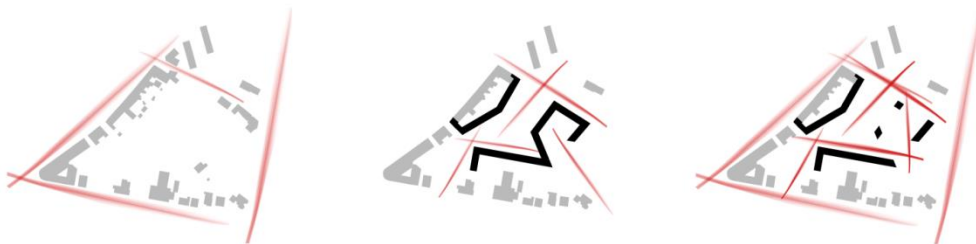


Fig. 15 – esquema fluxos | Fonte: do autor

Igreja

A zona da igreja é fortemente marcada tanto pelas vistas sobre o centro histórico da cidade, como pela proximidade da escola primária existente. Esta constitui o principal acesso da escola. A má acessibilidade ao local devido tanto ao muro divisor ao longo da rua e da inexistência de rampa de acesso faz, tal como inexistência de mobiliário urbano, faz deste espaço um local não utilizado pela população. A proposta assenta assim na melhoria das qualidades espaciais de modo a garantir uma melhor acessibilidade à escola e potenciamento das suas qualidades, como o valor patrimonial e as vistas sobre a cidade.

Alem da proposta de pavimentação, propõe-se a colocação de mobiliário urbano junto das oliveiras existentes.

O muro e as escadarias existentes no largo da igreja são demolidos e dão lugar a uma rampa de acesso que acompanha a estrada, tornando-se o acesso principal da escola primária e à igreja. Os alunos passam assim a aceder à escola por uma praça, onde o seu aspecto cultural foi reforçado e a sua segurança igualmente melhorada. A necessidade de os pais deixarem os filhos na circunvalação é assim resolvida, pois é criado um acesso seguro, com boa visibilidade e livre de perigos para as crianças, resultando num maior sentimento de segurança por parte dos pais. É implantada também uma rampa, para facilitar o acesso da cota da circunvalação.

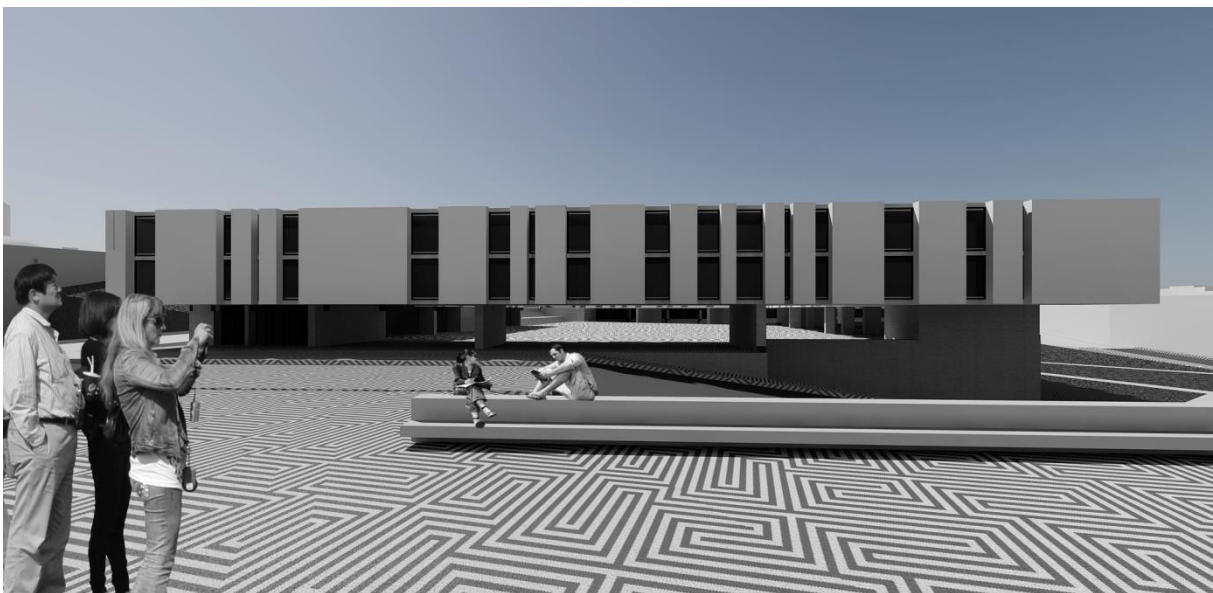


Fig. 16 – imagem praça | Fonte: do autor

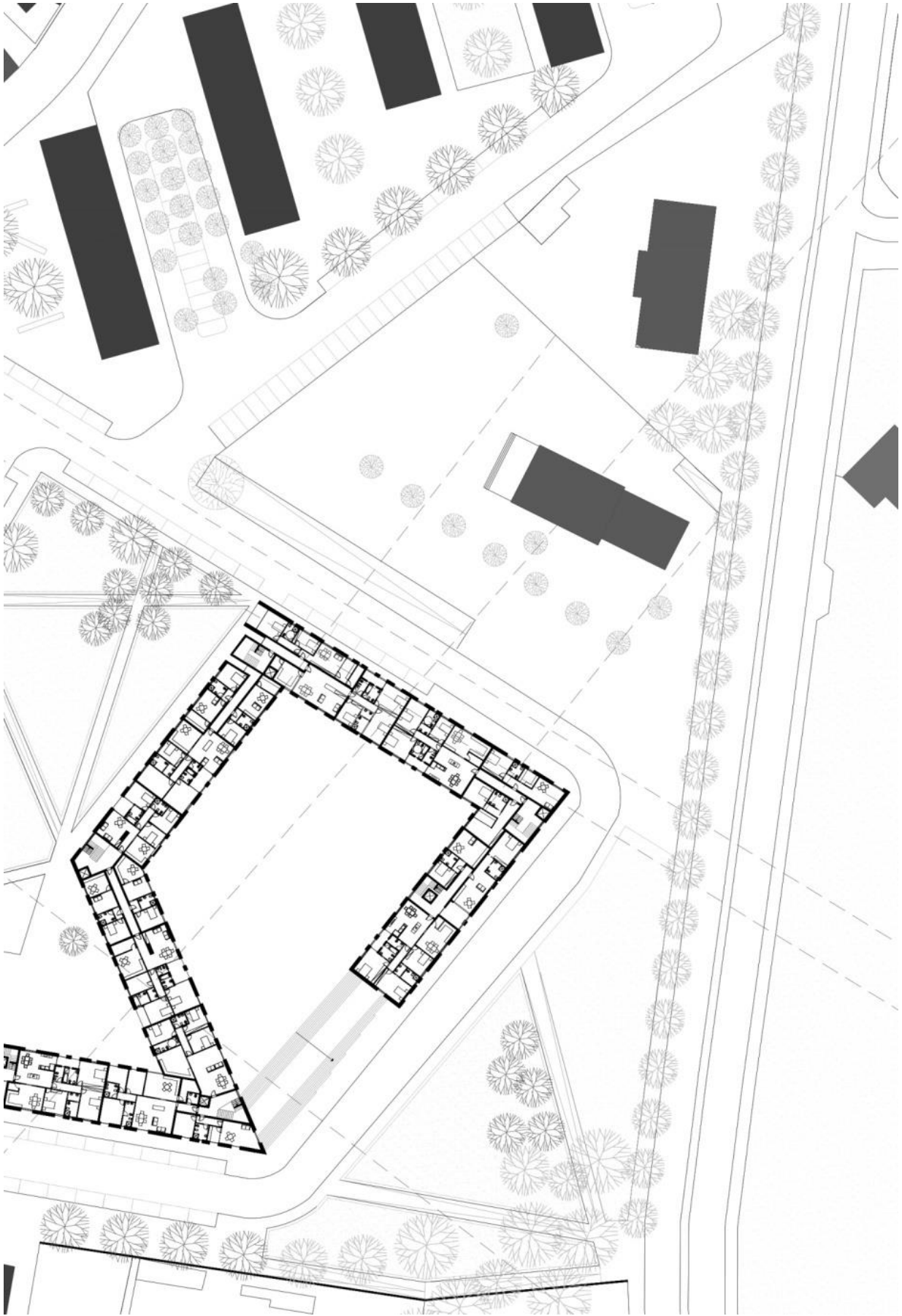
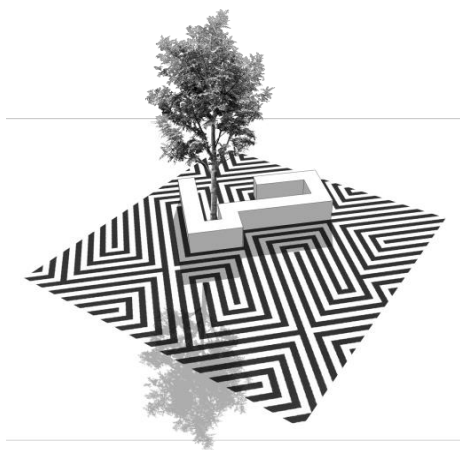


Fig. 17 – planta da praça | Fonte: do autor



O mobiliário urbano desenvolve-se a partir do módulo usado no pavimento. Através de blocos de betão armado, estes formam um recanto em torno da caldeira da árvore, possibilitando o convívio e a sombra nos meses de verão

Fig. 18 – mobiliário urbano | Fonte: do autor

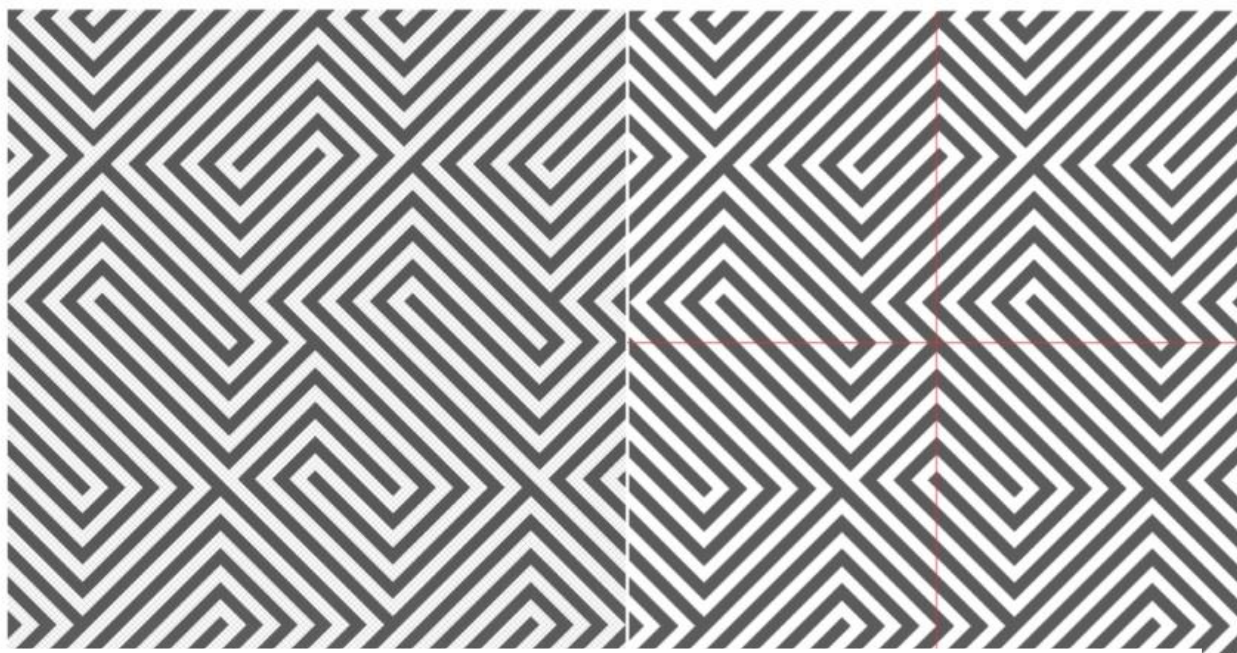


Fig. 19 – esquema do pavimento | Fonte: do autor



Fig. 20 – imagem da proposta | Fonte: do autor

Praça

A praça desenvolve-se à mesma cota da igreja e da escola. Para melhorar o seu funcionamento e criar novas dinâmicas espaciais, a praça é desenvolvida numa ideia de unificação com o espaço envolvente da igreja. Esta ligação é reforçada pelo uso do mesmo pavimento, neste caso o pavimento em calçada portuguesa com um padrão específico, que interrompe a estrada, dando prioridade a pedonalização e movimentação de fluxos entre estes dois espaços. Sendo um local , que para além de ter valor patrimonial, este tem uma grande identidade apesar de estar esquecido no tempo e no espaço. Assim, a reestruturação da envolvente da igreja, associada à escola, tornam-se elementos dinamizadores da praça proposta, criando-se dinâmicas particulares, além das restantes , entre a escola, a igreja e os serviços existentes na praça.

Apesar de haver uma ideia de continuidade, a praça é definida pelo edifício que, ao nível do res do chão se torna permeável em função das condicionantes. São elas, além da ideia da ligação com a igreja, as vistas directas com a sé de Viseu, e a ligação com as diferentes cotas do terreno, tanto num nível superior como num nível inferior. A praça torna-se assim num cruzamento de fluxos provenientes de diferentes forças da envolvente, tornando-se num cruzamento pedonal. Associado a estes fluxos, no lado sul o edifício é de usos misto, sendo o res do chão utilizado para comércio e serviços, garantindo assim uma melhor dinâmica entre o espaço e os utilizadores. A pontual colocação, tanto de árvores como de mobiliário urbano torna-se também uma forte atractividade, novamente em função das necessidades dos utilizadores. A permanência e vivência deste espaço é garantida pós este conjunto de factores.

A segurança do local acaba por ser mantida durante a maior parte do período, uma vez que, a praça não é apenas de carácter mono funcional. Ela é controlada também pelos moradores uma vez que existe uma forte relação entre as habitações e o espaço público desenhado.

Pavimento

Como referido anteriormente, a unificação da praça e da zona da igreja é pavimentada com o mesmo pavimento. O desenho do pavimento resulta de um módulo que se interliga quando multiplicado, numa ideia de padrão, onde é possível a ocultação de uma imagem modular. Consoante o ângulo de visão, este cria uma certa ilusão de óptica , onde o padrão assume uma imagem diferente da real.

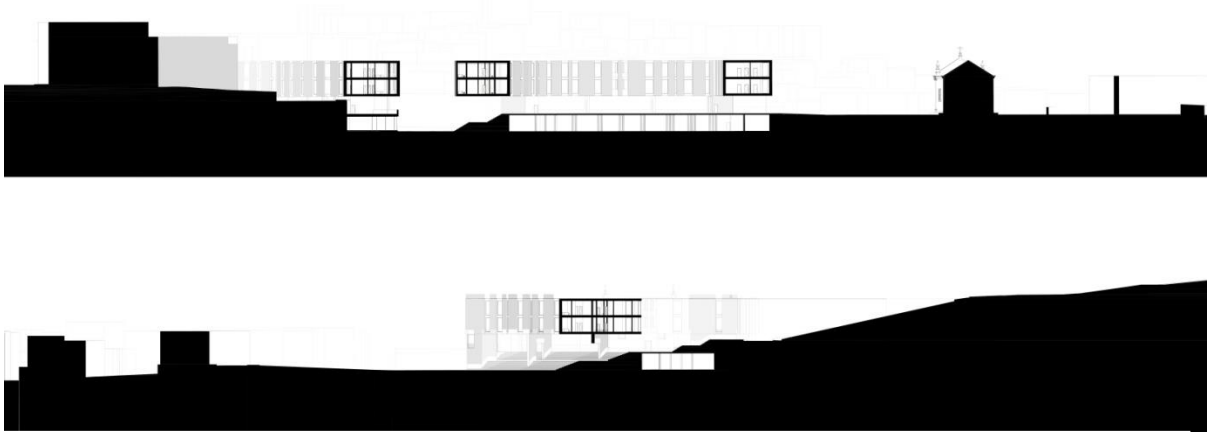


Fig. 21 – perfis transversal e longitudinal | Fonte: do autor



Fig. 22 – imagem da praça | Fonte: do autor



Fig. 23 – imagem da praça | Fonte: do autor

Espaço verde

Entre o quarteirão e a macro forma, é definido uma zona ajardinada, que funciona como uma espécie de corredor verde, que constitui um extenso vazio urbano, de carácter natural e pedonal. A ligação com a rua 5 de Outubro e com o Jardim da Santa Cristina, torna -se assim num forte eixo de ligação entre a rotunda do Fontelo e a zona do jardim da Santa Cristina, funcionando como uma alternativa pedonal à rua Capitão Silva Pereira.

A mancha verde é interceptada por uma convergência de alinhamentos que se materializam como percursos pedonais, desenhados em função da melhoria de acessos às diferentes zonas da proposta. Assim, formam uma espécie de teia, que permite uma maior flexibilidade nas questões de acessibilidade pedonal, e os seus cruzamentos originam uma espécie de micro centros de lazer. Os muros que dividem o jardim destes percursos, nestes centros assumem o papel de mobiliário urbano, criando condições de uso aos utilizadores. também a iluminação dos percursos será feita através dos muros, por meio de uma sanca de luz na parte interior dos mesmo.

Junto ao jardim, a uma cota intermédia entre a praça e a rua das bocas, resulta uma zona pavimentada, onde a penetração do verde cria um ambiente transístor para o nível superior da proposta. Esta zona é dotada de comércio e serviços ao nível do rés do chão numa ideia de apoio à área ajardinada e reforçar o seu carácter transitório no âmbito dos fluxos pedonais.

A ligação com a praça é feita por uma escadaria, que pode ter diferentes usos devido a sua dimensão. A realização de pequenos espectáculos ao ar livre, com pano de fundo o jardim pode ser um espaço bastante criativo e proporcionar diversos usos. A proximidade com o casa das bocas, pode ser uma mais valia para o desenvolvimento de toda esta área, uma vez que o seu programa de uso se insere no âmbito das artes.

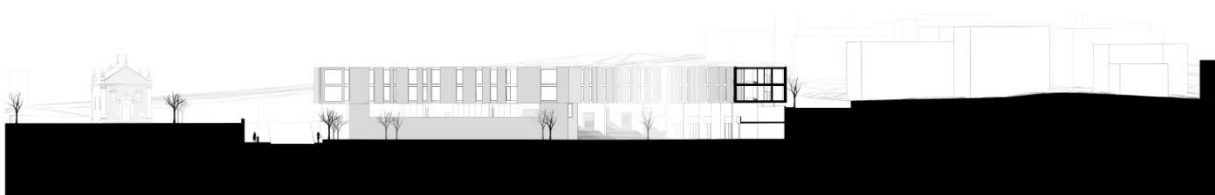


Fig. 24 – perfil longitudinal da zona verde | Fonte: do autor

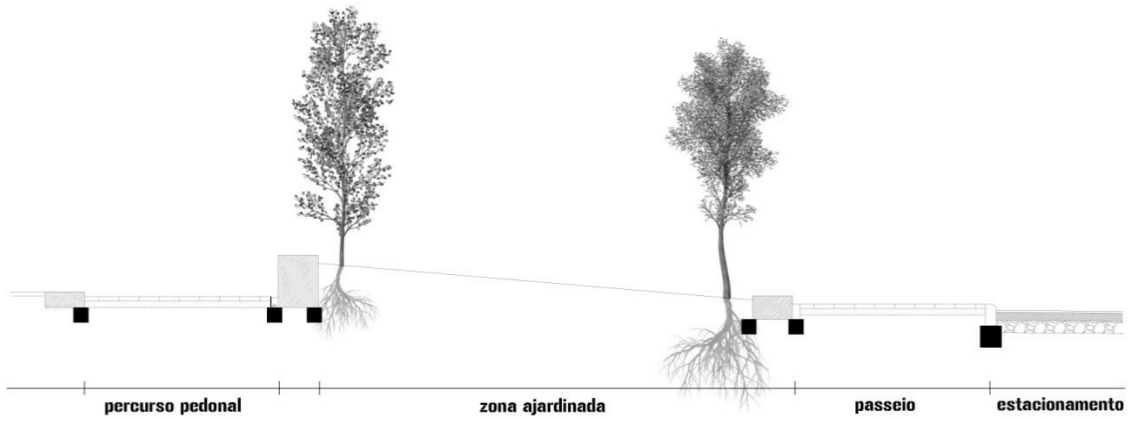


Fig.25 – esquema zona verde | Fonte: do autor



Fig.26 imagem escadaria inferior | Fonte: do autor



Fig. 27 – planta das arvores | Fonte: do autor

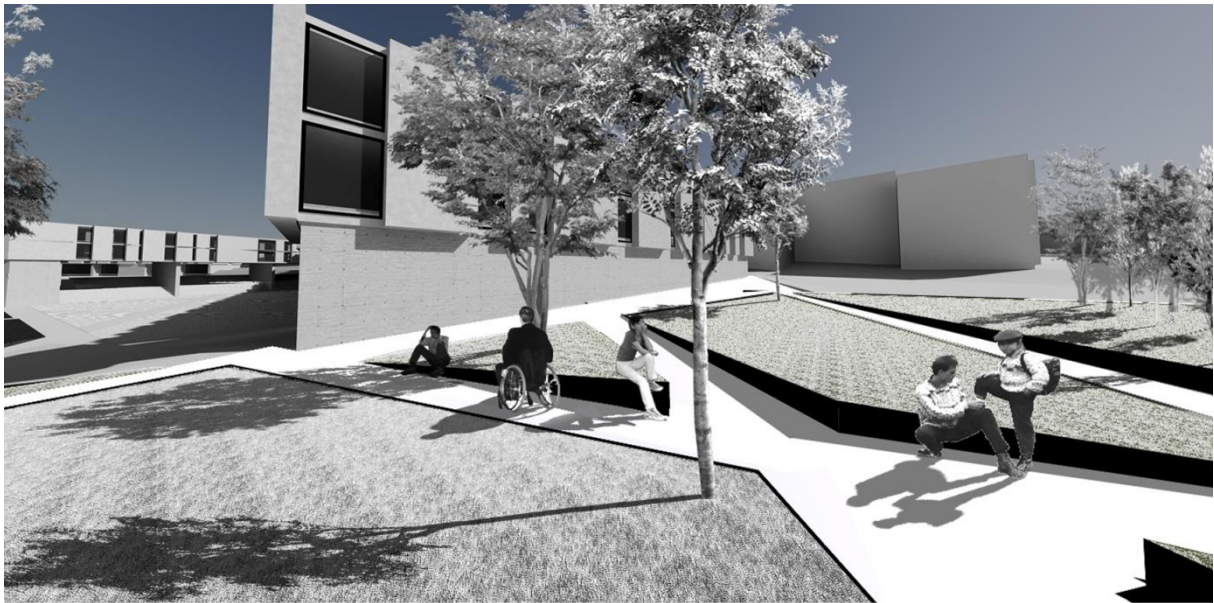


Fig. 28 – imagem de um núcleo da zona verde | Fonte: do autor



Fig. 29 – imagem percurso da zona verde | Fonte: do autor



Fig. 30 – imagem zona verde sul | Fonte: do autor

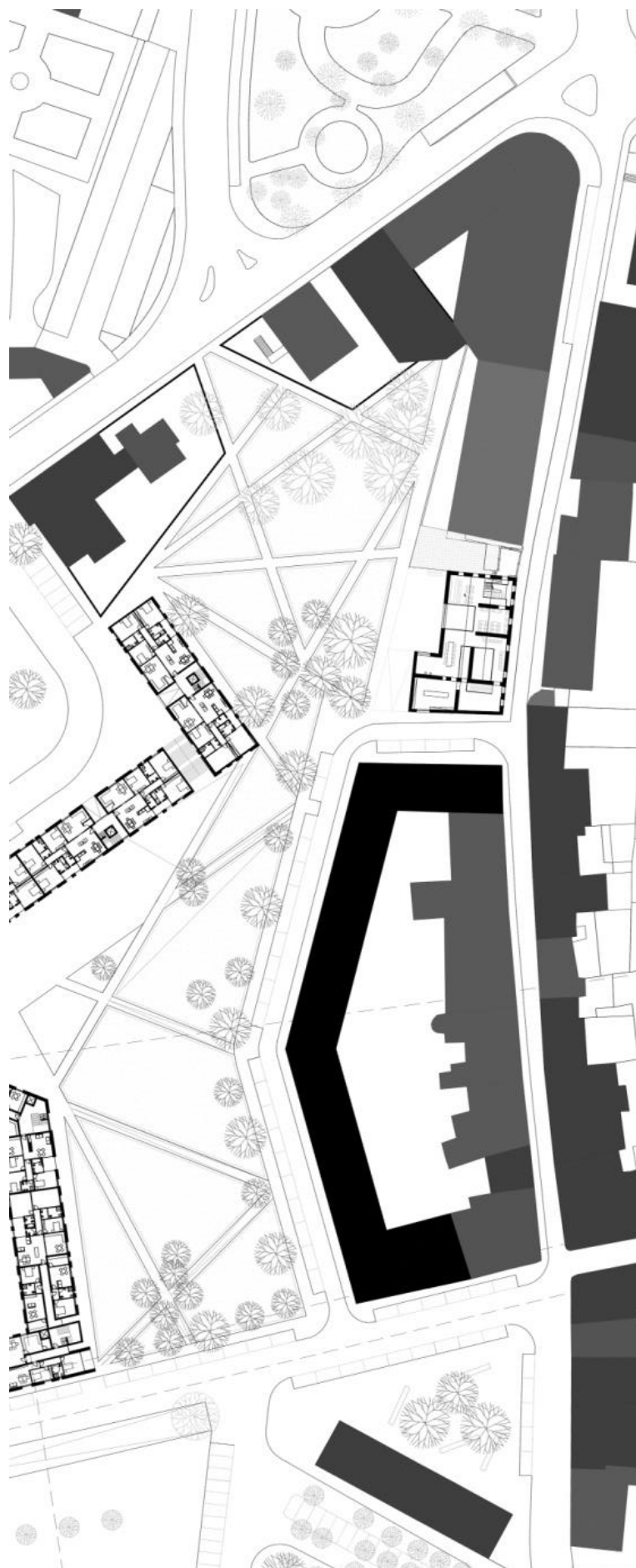


Fig. 31 – planta da zona verde

| Fonte: do autor

Edifício

O edifício estrutura-se em três níveis distintos que correspondem a diferentes usos. A cota zero foi definida à cota da igreja, onde se desenrola a praça. A este nível as exigências urbanas foram um factor preponderante na concepção do espaço. A opção de elevar a macro forma resulta num espaço público permeável, que possibilita tanto a permeabilidade visual como os fluxos pedonais com a área envolvente. Apesar de existir comercio pontual no lado sul , os restantes elementos construídos são apenas elementos estruturais e os acessos às habitações, que constituem os apoios principais da macro forma. No que diz respeito aos materiais utilizados, a escolha foi o betão à vista uma vez que não necessita de manutenção. O pavimento escolhido foi a calçada portuguesa com um padrão específico, numa ideologia de coesão territorial a esta cota, e ao mesmo tempo integrar-se nos percursos pedonais da envolvente. Numa cota interior, desenvolve-se o piso -1, que é utilizado como garagens privadas das habitações e comercio. Este piso torna-se o embasamento de toda a zona da praça, formando uma varanda sobre o centro histórico. A utilização do betão à vista, além de dar uma ideia de continuidade com o piso superior, marca também uma diferenciação entre os diferentes usos e reforça a ideia de embasamento de toda a proposta.

A uma cota superior, desenvolve-se o volume da macro forma, formado por 2 pisos de habitação de diferentes tipologias. Os acessos são organizados nos cantos da macro forma, sendo o acesso aos fogos feito por corredores centrais. Durante a fase de concepção optou-se por este esquema de acessos em vez de um esquema em galeria em função de uma melhor exposição solar dos fogos t3.apesar de em certos casos, as tipologias t1 serem por vezes sacrificadas nesta questão, torna possível que as tipologias t3 sejam desenhadas com maior qualidade espacial.



Fig. 32 – planta do piso 0| Fonte: do autor

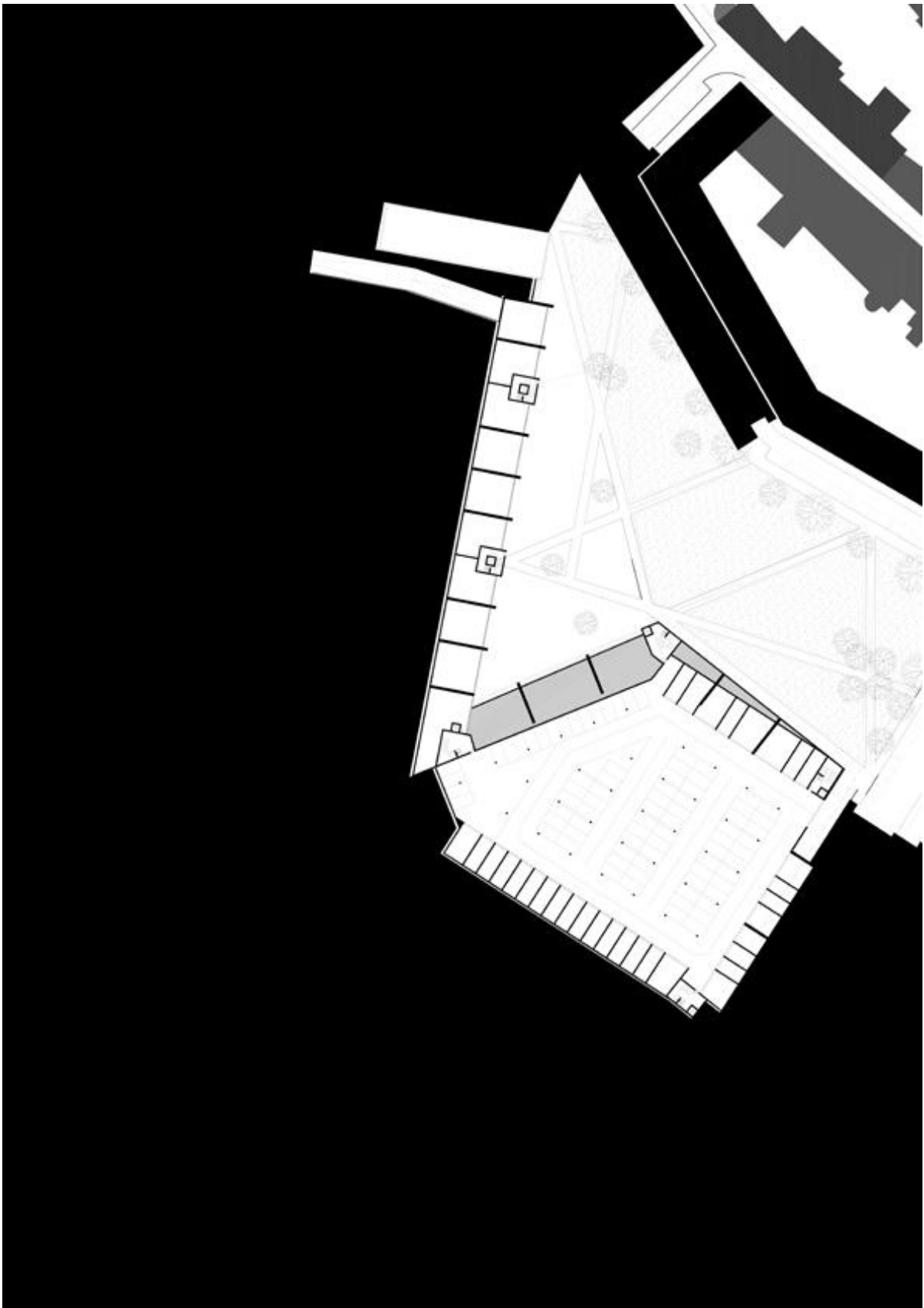


Fig. 33 – planta do piso -1| Fonte: do autor

Habitação

A tipologia estudada com maior pormenor foi a t3. Ela ocupa um papel estruturante em todo o desenho do espaço habitacional uma vez que se desenvolve segundo um princípio simétrico. A partir daqui, as restantes tipologias desenham-se numa lógica de esquerdo e direito, com um acesso central .

- **Espaço social e íntimo**

A organização espacial do fogo é uma derivação do esquema comum de habitação multifamiliar, onde o acesso aos compartimentos é feito por um corredor central. A lareira assume -se como o centro da zona pública da habitação, permitindo a fusão espacial entre a sala e a cozinha e ao mesmo tempo definir uma zona de corredor entre a lareira e a parede da cozinha. Num conceito de extrusão, a lareira e a porta da cozinha têm a mesma dimensão, e sendo a porta de correr, permite uma melhor comunicação e dinâmica espacial entre todo o sector público da habitação que se adapta as exigências mais versáteis dos utilizadores. Esta ideologia de unificação do espaço enquadra-se na lógica da comunicação entre os diferentes elementos do agregado familiar, possibilitando a sua convivência no sue dia a dia, independentemente das tarefas que estão a realizar, procurando um melhor ambiente familiar e ao mesmo tempo mais coeso.

Também so sector privado da habitação, a dinâmica espacial e criação de espaços versáteis ocupou um lugar importante na concepção. Não só numa tentativa de criar diferentes relações espaciais entre os compartimentos, mas também com o intuito de melhorar a comunicação dos habitantes, o acesso e comunicação dos diferentes compartimentos não é feito apenas pelo corredor principal. Os espaços em questão são a varanda exterior e a instalação sanitária dividida pelos dois quartos. No caso da varanda, a sua concepção vai de encontro à necessidade de existir um espaço exterior na habitação, que neste caso, é partilhado entre a sala e a suite principal da habitação e que permite uma maior flexibilidade na relação entre a zona pública da habitação e a suite principal.

Em relação aos restantes quartos, estes foram desenhados numa perspectiva familiar, podendo ser ocupados por dois irmãos. A instalação sanitária torna-se o elemento principal na relação

entre os dois compartimentos uma vez que é partilhada. Esta têm uma ante câmara que permite a ligação entre os dois compartimentos, por uma porta de correr, podendo funcionar tanto como dois compartimentos separados tanto como um único compartimento, como um quarto e uma zona de brincar ou de estudo. Esta perspectiva de desenho do espaço, demonstra uma flexibilidade em relação tanto a evolução do agregado familiar, como ao próprio modo de vida do mesmo, tornando-se o principal objectivo criar condições de adaptabilidade para as diferentes situações do quotidiano.



Fig. 35 – imagens interiores Fonte: do autor



Fig. 36 – esquema estruturação da habitação Fonte: do autor

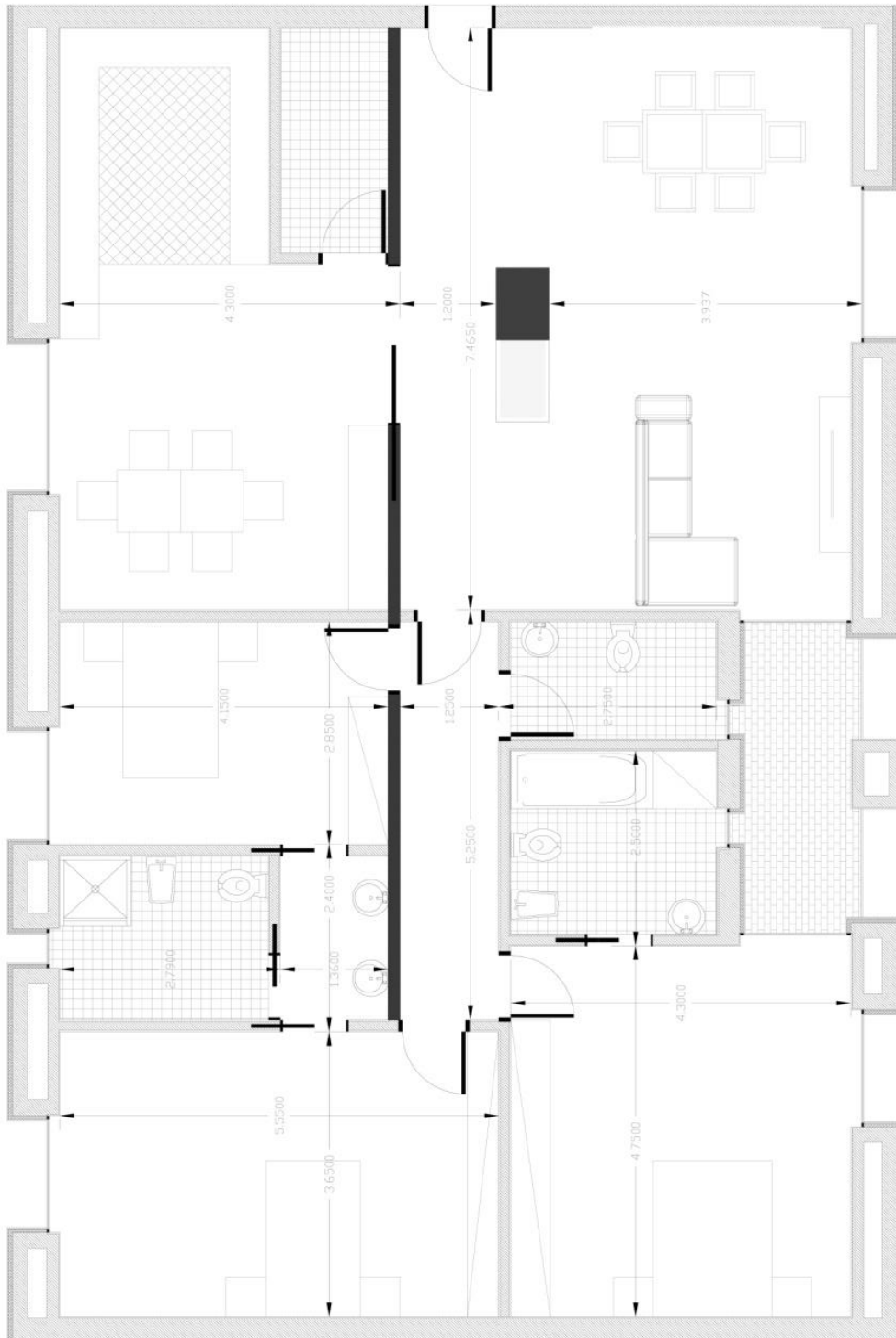


Fig. 37 – planta do fogo t3| Fonte: do autor

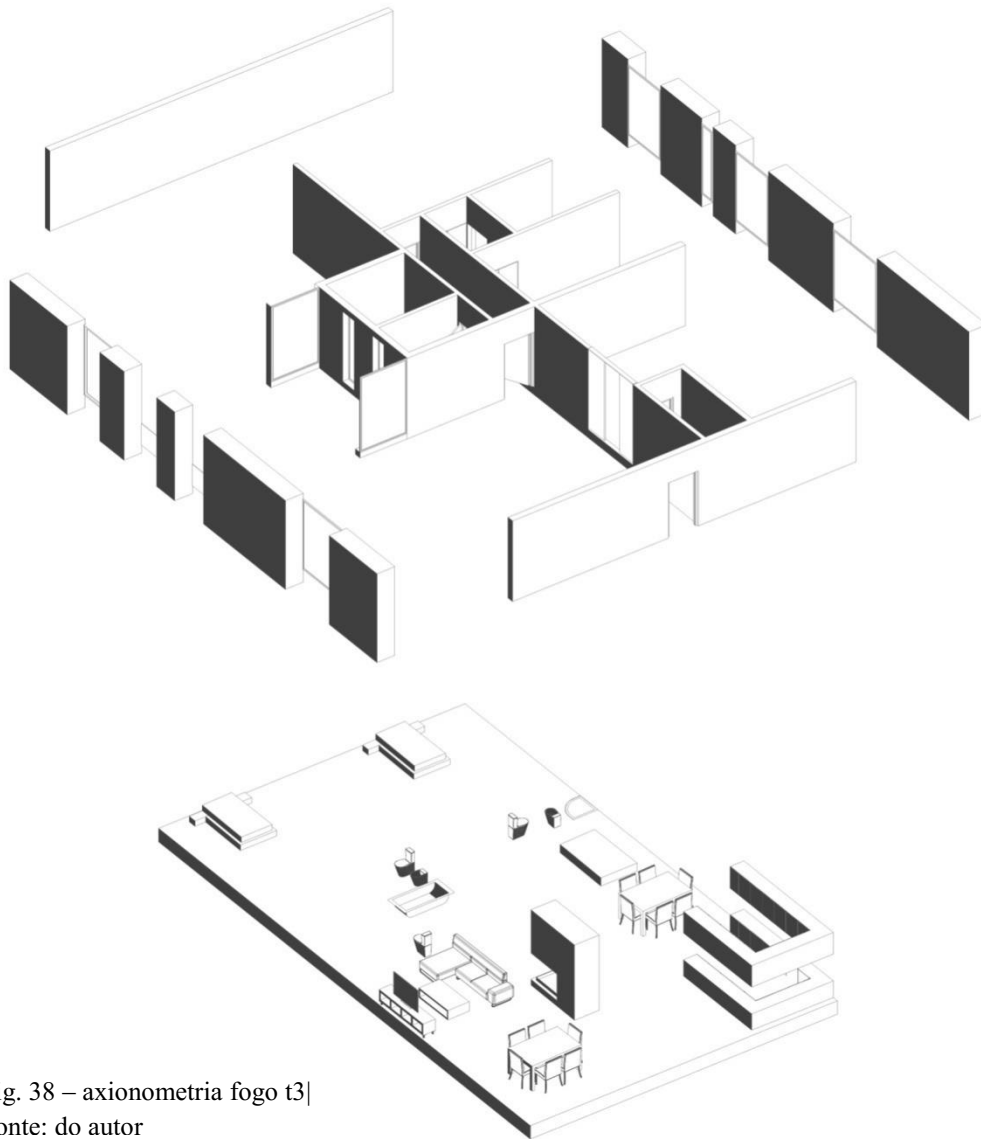


Fig. 38 – axionometria fogo t3|
 Fonte: do autor

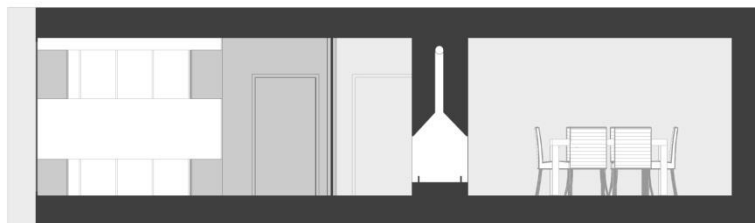
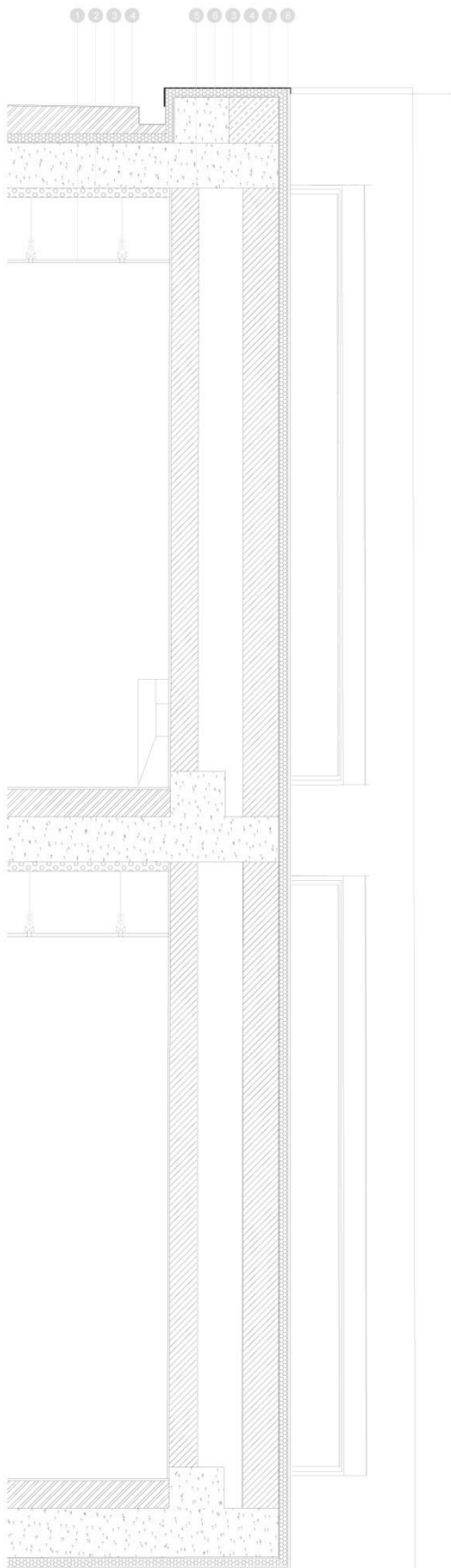


Fig. 39 – cortes do fogo | Fonte: do autor



- 1 gesso cartonado
- 2 isolamento acústico
- 3 camada de enchimento
- 4 tela impermeabilizante
- 5 alvenaria tijolo
- 6 betão armado
- 7 isolamento 5 cm
- 8 rebouoco

Fig. 46 – corte pormenorizado | Fonte: do autor

Casos de estudo

Caso 1

B.I.G. architects

Deutsch Bahn Frankfurt

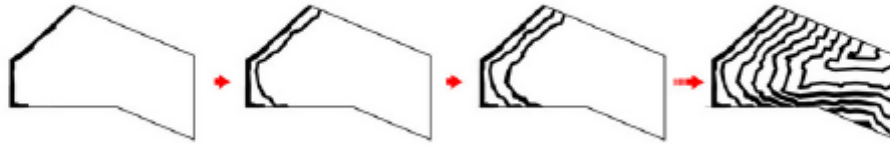


Fig. 40 – esquema de qualidades Fonte: « <http://www.big.dk/#projects-dbf> »

O projecto incide numa ideia base de implantação baseada numa mapeação de qualidades (ar, o espaço, vistas, conectividade ruído) do espaço em questão. A implantação ocupa o lugar por sua vez com mais qualidade, invertendo a lógica de todo o espaço urbano. Estas zonas construídas no suposto local de maior qualidade tornam-se assim potenciadoras de novos espaços com qualidade, que anteriormente teriam um menor valor. O volume edificado molda-se posteriormente às necessidades urbanas, mesmo que estas sejam bastante rígidas. A lógica urbana de projecto torna-se contrária à lógica do quarteirão, embora responda às mesmas necessidades urbanas sem condicionar a qualidade do espaço urbano.

No caso concreto do projecto proposto, apesar de o elemento base não ser o mesmo, e assumir-se como a topografia, a envolvente (carácter de traseiras e o valor patrimonial associado a alguns edifícios) e os fluxos pedonais existem semelhanças na lógica de projecto. A topografia torna-se a principal causa da implantação do edifício. A partir do talude, gera-se uma macro -forma que , além de dividir e organizar todo o espaço público, faz a transição de cotas do terreno e a relação com a envolvente. Ao mesmo tempo, apesar de muito rígida, esta macro forma molda-se aos fluxos pedonais e às vistas da envolvente através da permeabilidade do piso térreo. Apesar da rigidez da forma urbana, o desenho sobre uma lógica diferente da de quarteirão não compromete o espaço público.

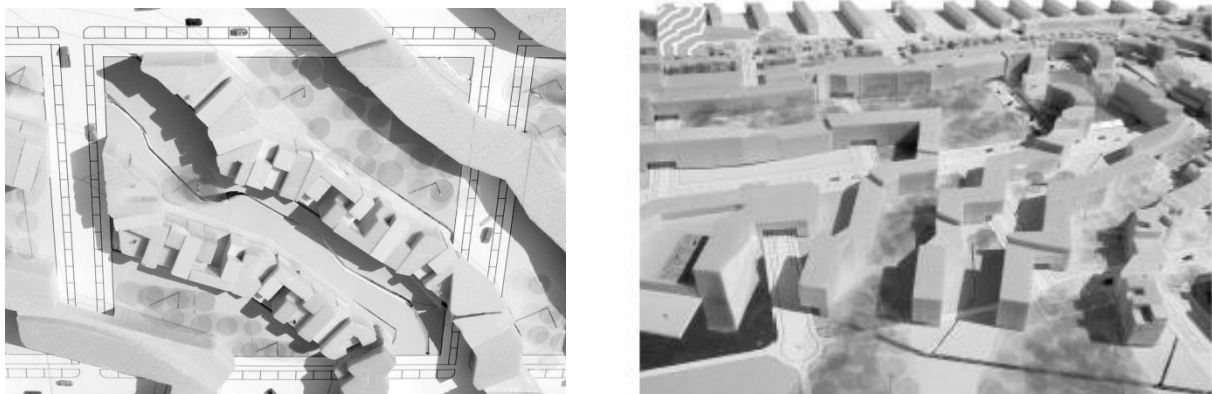


Fig. 41 – fotos maquete | Fonte: B.I.G. architects (adaptado)

Caso 2

AVA Architectos

Habitação na Lapa- Hab. Social

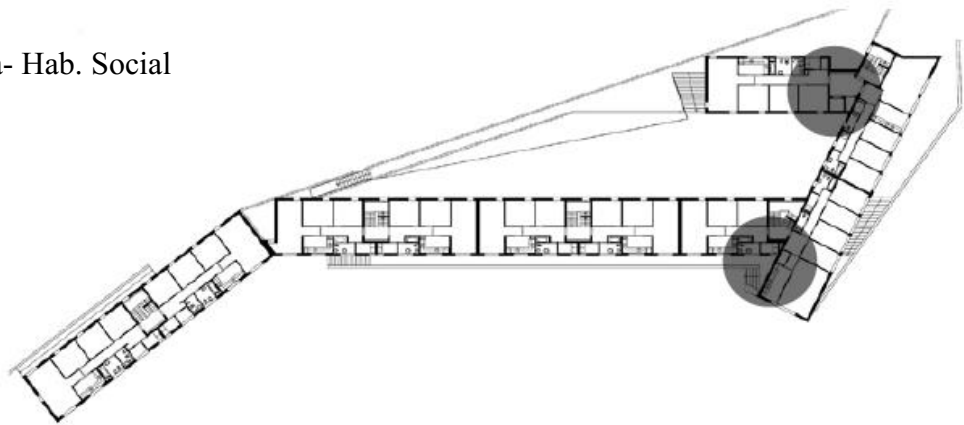


Fig. 42 – planta geral | Fonte: « <http://www.ava-architects.com/salgueiros.html> »

Uma das principais condicionantes do projecto era a topografia do local e o elevado índice de ocupação uma vez que se trata de habitação social. A forma do limite da área de intervenção, conjuntamente com os aspectos referidos anteriores deu resultado a um desenho urbano que, além de responder às exigências topográficas, este forma uma praça sobre elevada da rua, rodeado de edificado e pela rua.

Tem especial relevância no projecto proposto o facto de os acessos ocuparem o espaço de dobra de todo o edificado, de modo a não condicionar os fogos e maximizar o usos destes acessos para um maior numero de fogos , ao inverso de ter uma tipologia esquerdo\ direito. Esta necessidade de maximização de índice ocupacional, alheada a uma intenção de levitação do volume construído, faz com que os principais pontos de contacto com espaço público sejam os acesos, ocupando por lógica estrutural um papel fundamental na estrutura de todo o edificado. A zona da praça , incorpora igualmente um uso misto, com fracções destinadas a comércio e serviços, de modo a fomentar vida urbana com qualidade. No caso da proposta, a praça assume um papel importante na dinâmica espacial e nos fluxos de toda a área urbana, tornando-se elemento central no espaço urbano.



Fig. 43 – foto aérea | Fonte: « <http://www.ava-architects.com/salgueiros.html> » (adaptada)

Caso 3

Sejima

Gifu Kitagata – habitação multifamiliar

Assumindo-se como uma macro forma, o projecto assume um papel importante na divisão espacial e consequentemente no espaço urbano. Embora se relacione com a envolvente, ele cria uma praça aberta para o interior do quarteirão, de carácter semi-público. A divisão entre espaço público e privado no edifício é fortemente marcada por uma tipologia de galeria aberta, tanto privada como pública, uma em cada uma das fachadas do edifício. No que diz respeito a compartimentação, esta existe sob a forma de um núcleo, por um lado envolvido numa galeria publica de acesso aos fogos, e por outro pelos corredores interiores de acesso ás divisões do fogo.

Na proposta, tem especial relevância a forma como o elemento construído divide o espaço público e o piso térreo ser vazado, permitindo existir fluxos entre o núcleo semi privado e a envolvente urbana do exterior do quarteirão. Toda a lógica estrutural do edifício é inversa uma vez que os acessos funcionam na fachada .

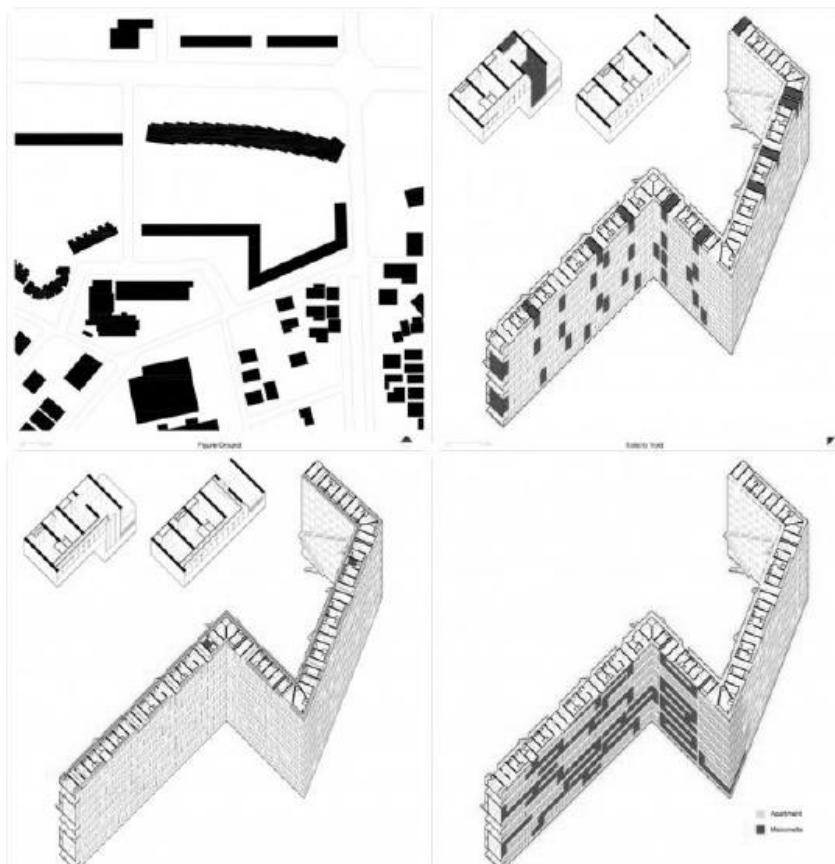


Fig. 44 – esquema | Fonte: « <http://tactilegoods.com/blog/2011/10/dominant-types-and-the-idea-of-the-city-studio-midterm/> »

Caso 4

Warm Architects- Casa W39

Este caso concreto assume um papel relevante no que diz respeito aos materiais da fachada e lógica dos vãos envidraçados. Assume-se no piso térreo um material de cor negra, resistente às exigências da vida urbana e do uso, em conjunto com uma redução da necessidade de manutenção, uma vez que o desgaste será maior. Por outro lado, o volume superior marca , além de uma maior permeabilidade resultante dos vãos, destaca-se devido á cor branca e sobre eleva-se sobre o maciço negro, rude, texturado do piso de rés do chão. Na proposta esta distinção, surge alheada também a uma intenção de levitação de todo o edifício habitacional a partir deste destaque cromático. Esta levitação, não só por uma questão formal, além da permeabilidade, busca uma maior privacidade dos habitantes do edifício.



Fig. 45 – fotografia | Fonte: « <http://www.arquitour.com/casa-w39-warm-architects/2013/05/> »

Conclusão

Com a realização deste relatório , através da base teórica em conjunto com a análise do território, foi possível identificar os problemas e potencialidades da área de intervenção.

Através da proposta foi possível a resolução dos problemas da zona e a integração da mesma na vida urbana da cidade. A potenciação de fluxos por parte das dinâmicas espaciais criadas tornam-se num dos factores principais para a resolução destes problemas. Questões como a degradação e desinteresse por certas áreas são resolvidas através de acções de reabilitação que permitam gerar novos interesses e dinâmicas espaciais. A alteração da malha urbana é igualmente importante, permitindo uma redução de cargas nas vias com maior fluxo, como é o caso da rua Capitão Silva Pereira e do largo da Santa Cristina e dinamização de diferentes zonas da cidade e aumentar a qualidade da acessibilidade.

Também a acessibilidade é um tema que influenciou a proposta, mais concretamente o desenho do espaço público. Pensado numa perspectiva pedonal, o espaço público é desenhado numa ideologia flexível, adaptando-se tanto aos diferentes usos como as diferentes itinerários da população. As dinâmicas urbanas e as relações de identidade do espaço revelaram-se uma maneira válida de pensar o espaço, especialmente no que diz respeito à zona verde, e a relação da praça com a igreja. Ao mesmo tempo, toda esta flexibilidade, tornam o espaço, além de acessível, um espaço coeso à envolvente.

Bibliografia

Almeida, J.R.,2000. A dinâmica urbana de Viseu na segunda metade do século XX, dissertação de mestrado em geografia - dinâmicas espaciais e ordenamento do território. Porto: FLUP.

Asher, François,2012. Novos princípios do urbanismo\novos compromissos urbanos Lisboa: Livros Horizonte.

Baker, G. H., 1996. Análisis de la forma - urbanismo y arquitectura. Barcelona: EdicionesG.Gili.

Brandão, Pedro.,2011. O sentido da cidade. Lisboa: livros Horizonte.

Cabral, F. C., 2003. Fundamentos da Arquitectura Paisagista, Lisboa: Instituto da conservação da natureza.

Corbuseir,C.E.J.G.,2009. Urbanismo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Cruz, A.J.C. A teia de um Crescimento- Viseu do século XVI ao século XX.

Dorneles, B. E., Acesso ao espaço público e áreas livres das cidades.

Figueiredo, C.A.V.,1995. Viseu, um espaço urbano em mutação - dissertação de mestrado em geografia especialização geografia humana. Coimbra: FLUC.

Fortuna, Carlos., 2008. Imaginando a democracidade: Do passado da sociologia para o futuro das cidades. Universidade de Coimbra: CES.

Fortuna, Carlos.,1995. Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência, nº 62. Coimbra: edições CEC.

Freigat, Michel.,2004. Arquitectura e Sociedade. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Gaspar, L.B.D., 2000. Auto-segregação socioespacial em Lisboa. Lisboa: Edições colibri.

Hanson, Julienne., 2004. The inclusive city. London: London University college.

Jacobs, Jane., 2009. Morte e vida das cidades. São Paulo: Wmf Martins Fontes.

Koolhaas, Rem.,2010. Três textos sobre a cidade. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Lestel, Dominique., 2001.Lesoriginesanimales de la culture. Paris: Flammarion.

Lynch, Kevin., 2010. A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70.

Marques,A.C., 2012. Habitação, da indústria à fábrica de cidade.Casal de Cambra:
Caleidoscopio.

Maughtin, Cliff ., 2003. Urban design -Streets and squares. Elsevier: Bodmin.

Maughtin, Cliff ., 2005. Urban design –Green dimensions. Elsevier: Great Britain.

Rosa, M. J. V., 2012. O envelhecimento da sociedade portuguesa. Lisboa.

Salgueiro, B.T., 1999. Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. Lisboa: Edições Colibri.

Saumarez,Maurice.,1964.Basic design: The dynamics of visual form.Londres: studio vista.

Solis, B.J., 2009. Dicionário Urbano conceptual y transdisciplinar. Barcelona:
Edicionesdelserral.

Índice de imagens

Fig. 1 – planta estado conservação de edifícios.....	52
Fig. 2 – rua das bocas	52
Fig.3 – planta de pisos.....	54
Fig. 4 – vista centro histórico.....	54
Fig. 5 – planta espaço público\privado	55
Fig. 6 – esquema fluxos.....	56
Fig. 7 – planta estado de conservação das vias.....	57
Fig. 8 – planta espaço verde	61
Fig. 9 – esquema de fluxos.....	66
Fig. 10 – Foto da área de intervenção.....	68
Fig 11 – planta geral.....	72
Fig. 12 – foto bairro da Misericórdia.....	73
Fig. 13 – foto rua Simões dias	73
Fig. 14 – foto maquete.....	75
Fig. 15 – esquema fluxos	75
Fig. 16 – imagem praça	76
Fig. 17 – planta da praça	77
Fig. 18 – mobiliário urbano	78
Fig. 19 – esquema do pavimento	78
Fig. 20 – imagem da proposta	78
Fig. 21 – perfis transversal e longitudinal	80
Fig. 22 – imagem da praça	80
Fig. 23 – imagem da praça	80
Fig. 24 – perfil longitudinal da zona verde	81
Fig.25 – esquema zona verde.....	82
Fig.26 imagem escadaria inferior	82
Fig. 27 – planta das arvores	82
Fig. 28 – imagem de um núcleo da zona verde	83
Fig. 29 – imagem percurso da zona verde	83

Fig. 30 – imagem zona verde sul	83
Fig. 31 – planta da zona verde Fonte: do autor.....	84
Fig. 32 – planta do piso 0.....	86
Fig. 33 – planta do piso -1.....	87
Fig 34 – planta piso tipo.....	88
Fig. 35 – imagens interiores	90
Fig. 36 – esquema estruturação da habitação	91
Fig. 37 – planta do fogo t3.....	91
Fig. 38 – axionometria fogo t3.....	92
Fig. 39 – cortes do fogo	92
Fig. 46 – corte pormenorizado.....	93
Fig. 40 – esquema de qualidades	95
Fig. 41 – fotos maquete	95
Fig. 42 – planta geral	96
Fig. 43 – foto aérea.....	96
Fig. 44 – esquema	97
Fig. 45 – fotografia	98

PROJECTO URBANO

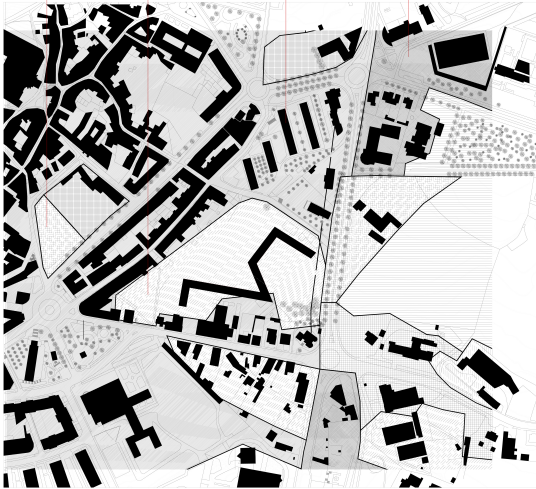


PLANO FORMADOR 3D

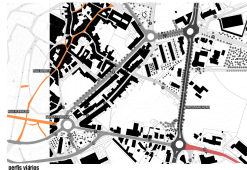
ÁREA DE ESPANÇÃO I
Índice construtivo bruto: 0,76
densidade habitacional: 53
percurso até 4 pisos

ESPAÇO CULTURAL
Espaço importante do ponto
de vista histórico e cultural,
preservar muita altura e
edifícios.

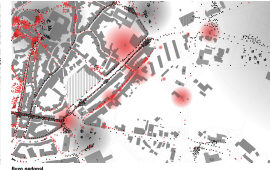
ESPAÇO DE EQUIPAMENTO



plano de condonantes



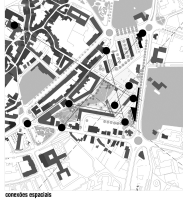
plano viário



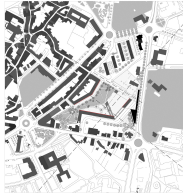
plano pedonal



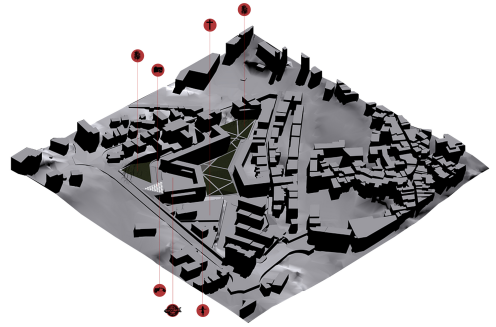
parque e espaços verdes

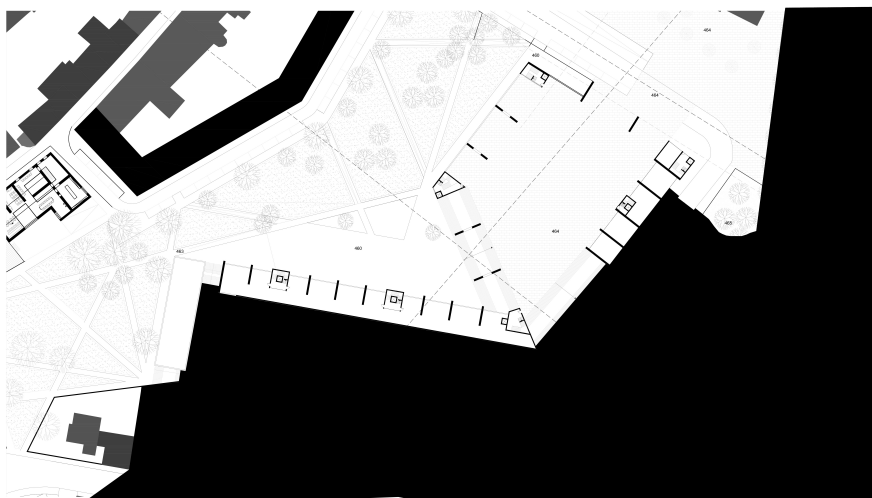


condonantes regulares

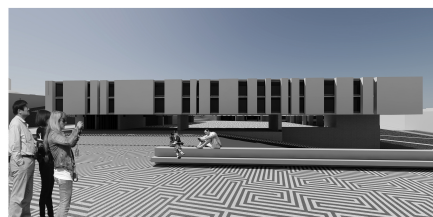


condonantes e serviços

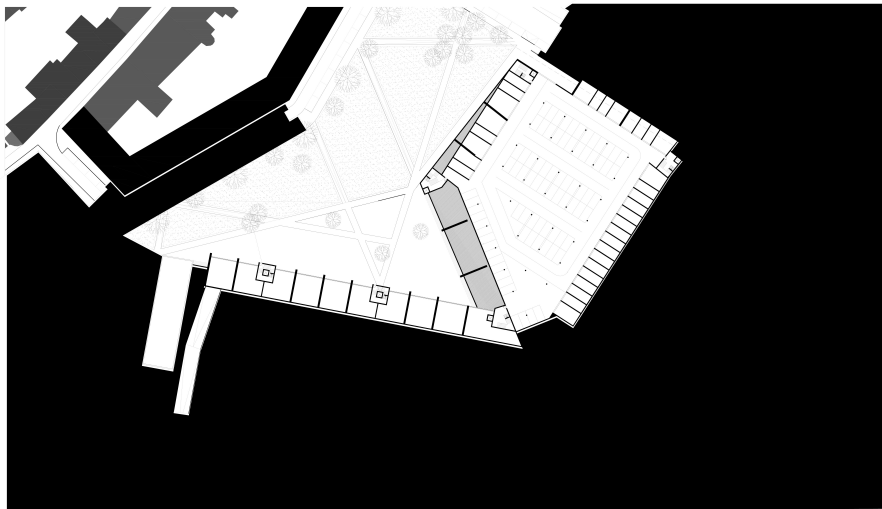




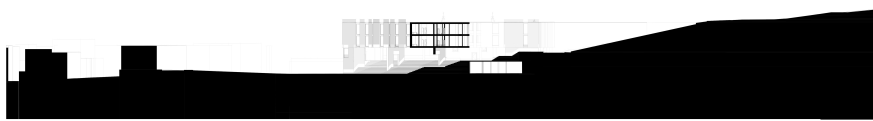
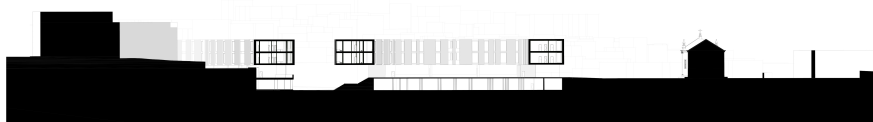
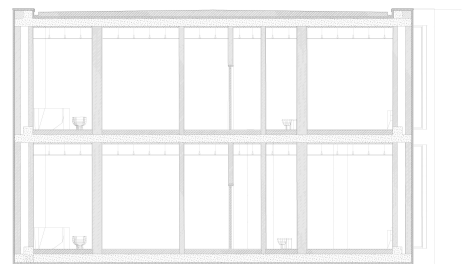
plano geral 1:500



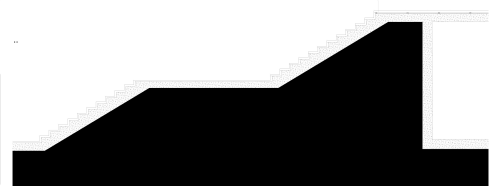
perfil est. 1:200



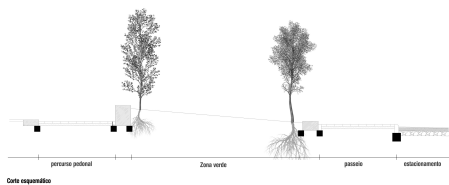
plano piso -1 esc. 1:500



perfil esc. 1:500



perfil esc. 1:50



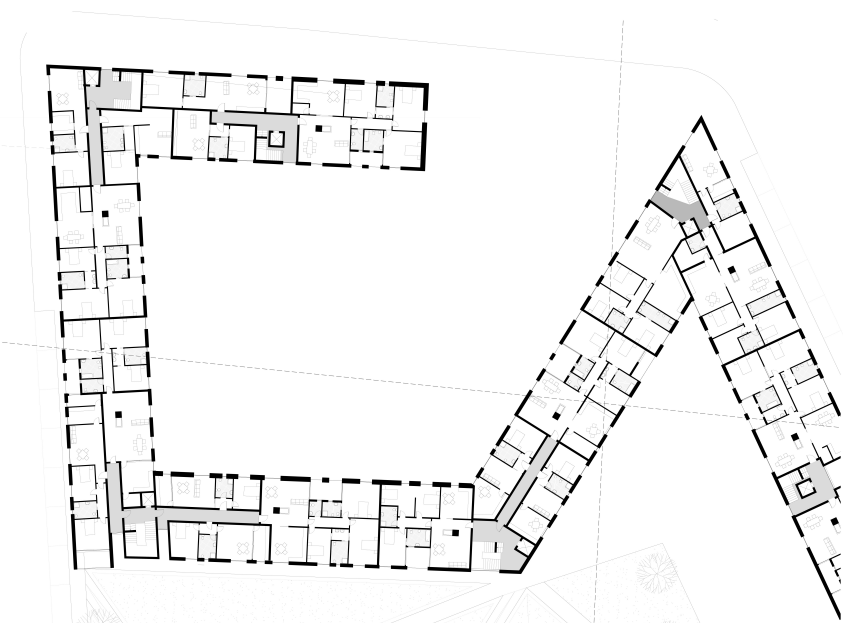
Corta esquemática



ocupação máxima urbana



ocupação máxima



planta p1a tip: 1:200



corta romana



